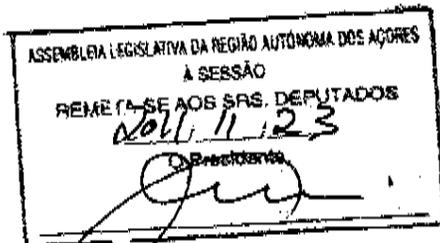


REGIÃO
AUTÓNOMA
DOS AÇORES

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Secretário Regional
da Presidência
Palácio da Conceição
9504-509 Ponta Delgada



Exmo. Senhor Chefe de Gabinete de Sua
Excelência o Presidente da Assembleia
Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9900 Horta

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
3076 Proc. 54.04.02/493/11/IX	22-07/2011	SAL-GSRP-2011-2192 Proc. 1.8 ENT-GSRP-2011-1999	2011-11-23

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 493/IX - RELATÓRIO E CONTAS DA APTSM, SA RELATIVO A 2010; PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SOLICITADO PELO CONSÓRCIO CONSTRUTOR DO EMPREENDIMENTO "PORTAS DO MAR" E TOTAL DO ENDIVIDAMENTO E ENCARGO ANUAL DIRECTAMENTE RELACIONADO COM O EMPREENDIMENTO "PORTAS DO MAR"

Encarrega-me S. Exa. o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 493/IX, subscrito pelo Senhor Deputado Aníbal Pires, do PCP. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

1. Em anexo
2. Foi obtido acordo devidamente justificado e homologado por sentença, que estipulou o pagamento de uma indemnização ao Consórcio Construtor no valor de 1.975.000,00€, sendo 48.331,67€ de juros de mora, valor inferior ao reclamado.
3. O valor do total do endividamento foi de cerca de 28,7 milhões de euros, situando-se este valor, à data de Julho de 2011, nos 20,5 milhões de euros. Os custos associados ao financiamento foram de 704 mil euros em 2010.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete

Hermenegildo Galante

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO
Entrada 3958 Proc. Nº 54-04-02
Data 2011/11/23 Nº 493/11X



**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DAS ILHAS SÃO MIGUEL
E SANTA MARIA, S. A.**

**RELATÓRIO E
CONTAS**

2010



[Handwritten signature]

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1. Introdução	6
1.1. Mensagem do Conselho de Administração	6
1.2. Indicadores.....	8
2. Enquadramento estratégico	9
3. Actividade portuária.....	12
3.1. Enquadramento	12
3.2. Movimento de navios e embarcações.....	13
3.3. Movimento de mercadorias.....	14
3.4. Movimento de passageiros.....	17
4. Actividade não portuária.....	19
4.1. Enquadramento	19
4.2. Náutica de recreio	19
4.3. Piscinas	21
4.3. Empreendimento “Portas do Mar”	22
5. Recursos humanos	24
5.1. Enquadramento	24
5.2. Estrutura do efectivo	24
5.3. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação.....	25
5.4. Absentismo	26
5.5. Formação	27
5.7. Sinistralidade.....	28
6. Responsabilidade social e empresarial	30
6.1. Política de sustentabilidade da empresa.....	30
6.2. Responsabilidade social.....	31
7. Manutenção.....	34



[Handwritten signatures]

8. Sistemas de informação - Janela Única Portuária.....	36
8. Investimento.....	38
9. Análise económica e financeira	41
10. Proposta de aplicação de resultados	47
GOVERNO DA SOCIEDADE.....	48
Modelo de governo.....	48
Elementos curriculares e funções exercidas pelos membros do órgão de gestão e administração	48
Conteúdo de principais reuniões do Conselho de Administração.....	50
Remuneração dos membros dos órgãos sociais.....	52
Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração noutras empresas	53
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	54
BALANÇO.....	55
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	56
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	57
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	58
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	60
1. Nota introdutória	60
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	61
3. Principais políticas contabilísticas.....	64
4. Fluxos de caixa	71
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	71
6. Divulgação de partes relacionadas.....	72
7. Activos fixos tangíveis.....	72
8. Locações	74
9. Imparidade de activos financeiros	75
10. Participações financeiras	75
11. Inventários	76
12. Réditos	76



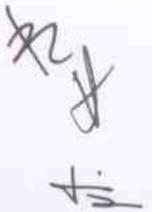
[Handwritten signature]

13.	Provisões, passivos e activos contingentes.....	77
14.	Subsídios	77
15.	Imposto sobre o rendimento	78
16.	Activos e passivos por impostos diferidos	78
17.	Caixa e depósitos bancários	79
18.	Clientes	79
19.	Outras contas a receber	80
20.	Fornecedores.....	81
21.	Outras contas a pagar	82
22.	Financiamentos obtidos.....	82
23.	Accionistas	83
24.	Capital realizado.....	83
25.	Reservas e resultados acumulados.....	83
26.	Garantia prestadas	85
27.	Diferimentos.....	85
28.	Estado e outros entes públicos	85
29.	Custo das vendas	86
30.	Fornecimentos e serviços externos	86
31.	Gastos com o pessoal	86
32.	Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	87
33.	Outros rendimentos e ganhos.....	87
34.	Outros gastos e perdas	88
35.	Juros e outros rendimentos e gastos similares	88
36.	Acontecimentos após a data do balanço	89
37.	Informações exigidas por diplomas legais.....	89
	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	90
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	93



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'R. J.' followed by a flourish.

1. Introdução

1.1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2010 ficará marcado pelo cenário de instabilidade económica que afecta de modo particular algumas das economias periféricas da zona Euro, em que se inclui Portugal, e cuja persistência afecta também a Região Autónoma dos Açores. Neste contexto, observou-se uma diminuição no volume de tráfego de navios nos portos sob jurisdição da APSM (-0,6%), bem como uma diminuição no volume de mercadorias movimentadas (-2%). O efeito de diminuição no tráfego de navios foi compensado pelo aumento significativo da dimensão de navios e respectiva estadia. Para além disto, observou-se, em 2010, um aumento no movimento de passageiros de quase 10%, tendo o porto de Ponta Delgada, por si só, ultrapassado a centena de milhar de passageiros pela primeira vez na sua história.

No que respeita à actividade de gestão de infra-estruturas de náutica de recreio, constata-se a consolidação dos níveis de procura registados em 2009, primeiro ano de actividade completa após o significativo aumento de capacidade decorrente do início de actividade da marina das Portas do Mar e do núcleo de recreio de Vila do Porto.

Em termos financeiros, o ano de 2010 significou a manutenção dos níveis de vendas e prestações de serviços registados em 2009, num cenário de aplicação dos tarifários que vigoraram em 2009, não tendo portanto ocorrido qualquer actualização tarifária. O principal facto a nível financeiro é o da concretização de um acordo com o consórcio construtor responsável pela construção do Empreendimento Portas do Mar. Este era um processo que se encontrava em negociação desde o ano de 2008 e que se consubstanciava por um pedido de indemnização por parte do consórcio construtor de aproximadamente 10 milhões de euros. Do valor inicialmente reclamado foi possível obter através de acordo homologado judicialmente o pagamento de uma verba significativamente menor de 1.975 milhares de euros.

Não obstante a obtenção de um acordo financeiramente mais favorável, o impacto do mesmo nas contas da APSM é notório, fazendo com que o resultado líquido tenha atingido os -3,6 milhões de euros. Expurgado esse facto das contas da APSM obter-se-ia um resultado negativo inferior ao registado em 2009, podendo-se portanto considerar que se caminha para a inversão dos resultados menos favoráveis registados em 2008 e 2009.

A este respeito, os instrumentos que se pretendem indispensáveis são o recurso a documentos orientadores e executores, como sejam o Plano Estratégico e o Plano e Orçamento, bem como



[Handwritten signature]

a implementação de práticas correntes de controlo de gestão e contabilidade analítica. O ano de 2010 constituiu o primeiro ano de vigência do Plano Estratégico 2010-2013, permitindo dar início à prossecução de políticas de gestão balizadas por objectivos e acções definidos previamente e aprovados, envolvidos por três eixos particularmente mobilizadores. Pretende-se que 2011, além da consolidação das estratégias definidas naquele plano verifique-se a concretização de uma gestão cada vez mais suportada por informação económico-financeira em tempo real.

Por último, referência à entrada em funcionamento da plataforma electrónica JUP (Janela Única Portuária) a 31 de Dezembro de 2010, instrumento fundamental para a desmaterialização e modernização portuária, processo no qual o porto de Ponta Delgada assumiu, desde cedo, um papel preponderante na dinamização, apoio e expansão aos restantes portos da Região. Também a este nível, o ano de 2010 foi particularmente exigente.

Finalmente, uma palavra de apreço pelo envolvimento e dedicação demonstradas pelos colaboradores da APSPM neste quadro de instabilidade económica que se estenderá pelos próximos anos. Os desafios que se apresentam no futuro próximo ao Sector, dos quais se destaca o processo de fusão que decorrerá ao longo de 2011, e que visam a implementação de uma solução simples e flexível conducentes à obtenção de maior eficiência organizativa e aumento do nível de produtividade, exigirão redobrado empenho e participação de todos.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

1.2. Indicadores

Áreas de Actividade	Unid.	2010	2009	2008	2007	2006
Tráfego portuário						
Escalas de navios	N.º	1.315	1.323	1.342	1.476	1.290
Movimento de contentores	N.º	49.690	44.470	52.431	51.355	50.352
Movimento de contentores	TEU	73.411	67.628	75.588	72.813	71.167
Total de carga movimentada	'000ton	1.631	1.664	1.736	1.870	1.798
Passageiros	N.º	131.583	119.966	126.040	117.921	87.640
Náutica de recreio						
Escalas de embarcações	N.º	744	732	744	505	506
Tripulantes	N.º	2.263	2.264	2.002	1.459	1.543
Pessoal						
Efectivo médio	N.º	132	131	128	121	121
Taxa de absentismo	-	6,97	6,32	3,66	3,53	1,75
Volume de Formação	N.º	2.037	2.934	254	357	728
Sinistralidade	-	44,48	27,32	28,45	45,28	-
Índice de frequência	-	0,87	1,86	1,18	1,75	-
Índice de gravidade	-	-	-	-	-	-
Investimento						
Volume de investimento	'000€	3.230	4.811	22.063	37.715	15.809
Finanças						
Volume de negócios	'000€	11.969	11.966	12.010	11.185	9.986
Resultados operacionais	'000€	(2.930)	(2.391)	(133)	1.252	765
Resultados líquidos	'000€	(3.610)	(2.188)	(822)	773	930
Fundos libertos	'000€	(492)	1.069	1.339	1.853	1.967
Autonomia financeira ⁽¹⁾	-	0,48	0,14	0,17	0,22	0,49
Rentabilidade das vendas ⁽²⁾	%	-24,48	-19,98	-1,11	11,20	7,66
Rentabilidade capitais próprios ⁽³⁾	%	-7,40	-14,68	-4,81	4,31	5,43

Nota: Os elementos da área de actividade "Finanças", até 2009 foram elaborados de acordo com o normativo do Plano Oficial de Contabilidade.

- (1) Capital próprio/Activo total líquido
 (2) Resultados operacionais/Prestação de serviços
 (3) Resultados líquidos/Capitais próprios



2. Enquadramento estratégico

O ano de 2010 é o primeiro exercício em que vigorou o Plano Estratégico 2010-2013, documento aprovado em 05 de Julho de 2010, sendo portanto enquadrado pelos objectivos estratégicos definidos para aquele período.

Em termos estatutários, a APSM tem por objecto a administração dos portos de Ponta Delgada e de Vila do Porto, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento. Possui, portanto, competências que se reflectem naturalmente numa **Missão** clara, que é a de “garantir a prestação de um serviço público de gestão de infra-estruturas e equipamentos portuários ao mais elevado nível, focado na promoção da eficácia e eficiência das operações, acrescentando valor, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento económico, social e cultural da Região Autónoma dos Açores”.

A Missão atrás apresentada complementa-se com a **Visão** também definida no referido Plano Estratégico e que vai no sentido da APSM “desenvolver a sua actividade com elevados níveis de qualidade de forma a ser uma empresa de referência na região, particularmente na Gestão Portuária”.

Constitui também um importante desafio para a APSM a garantia da sustentabilidade da empresa a longo prazo, conforme o demonstra o início de elaboração de relatórios de sustentabilidade. De facto, durante 2010 procedeu-se à elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade da APSM.

Neste contexto, a actividade operacional e de gestão da APSM está focada no cumprimento das metas delineadas no Plano Estratégico 2010-2013, desenvolvendo-se também em consonância com a estratégia de sustentabilidade e alinhada com os princípios definidos na mesma.

Para o quadriénio 2010-2013 foram traçados os seguintes eixos de actuação:

- (1) Transformar a APSM numa empresa de referência no panorama económico regional, formando e motivando os seus colaboradores para o desenvolvimento da actividade portuária com elevados padrões de qualidade e segurança;
- (2) Reconquistar a notabilidade económica e financeira da APSM, optimizando a actividade portuária e desenvolvendo novas áreas de negócio, garantindo assim a sua sustentabilidade a longo prazo;

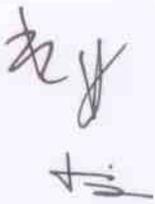


- (3) Acrescentar notoriedade interna e externa à APSM, recriando a cultura da empresa com enfoque no colaborador e fomentando a interacção com a sua comunidade envolvente.

Estes eixos encontram-se desdobrados num conjunto de objectivos e acções, explicitados em termos descritivos, temporais e organizacionais, através de planos de acção individuais, monitorizados e acompanhados mensalmente através das reuniões de quadros entre o Conselho de Administração e os responsáveis pelas diferentes áreas da empresa.

Os objectivos são os seguintes:

1. Analisar e avaliar as alterações realizadas no ano de 2008, ao nível da organização funcional da APSM no sentido de se ponderar a adequação da estrutura actual aos desafios que a APSM se propõe superar;
2. Implementar um sistema integrado de gestão nas áreas da qualidade, segurança e ambiente;
3. Desenvolver políticas e procedimentos que apostem na qualificação do capital humano;
4. Implementar acções que visem a redução de custos;
5. Rever o Plano de Fardamento;
6. Envolver os colaboradores das áreas operacionais no processo de aquisição de equipamentos portuários;
7. Desenvolver um plano de melhoria das instalações sanitárias;
8. Elaborar e executar os Orçamentos de Exploração e de Investimento assegurando uma estrutura de endividamento equilibrada;
9. Elaborar informação económica e financeira regular com carácter mensal, trimestral, semestral e anual que sirva de suporte às decisões estratégicas e de gestão;
10. Consolidar o sistema de gestão de presenças;
11. Implementar um sistema de avaliação de desempenho com base na gestão por objectivos;
12. Rever os principais regulamentos orientadores da actividade portuária;
13. Diminuir a dependência da facturação da APSM originada na área operacional portuária, por via do aumento das receitas com origem na área operacional não portuária;



14. Colaborar com a Comunidade Académica no desenvolvimento de um estudo que permita avaliar o impacto indirecto da actividade da APSM no desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores;
15. Analisar a viabilidade de rentabilização de terraplenos desocupados na área dominial através de utilizações alternativas;
16. Identificar ou criar internamente o organismo responsável pela gestão dominial e contratual;
17. Elaborar um plano de renovação de equipamentos portuários com vista à sua modernização;
18. Rever o procedimento de requisições internas e de compras a fornecedores de forma a torná-lo mais célere e eficiente;
19. Aumentar o fluxo de informação no seio da empresa, com enfoque no conceito colaborador/utilizador;
20. Desenvolver um sistema de gestão documental "user friendly";
21. Promover a participação da APSM em concursos que visem distinguir projectos desenvolvidos na área da actividade portuária com o objectivo de promover uma imagem mais positiva e potenciar a relação com a comunidade portuária e sociedade civil;
22. Elaborar e implementar um plano de acções específico alusivo à Comemoração do 150.º Aniversário do início da construção do Porto;
23. Definir uma política de responsabilidade social que evidencie a importância da interacção entre a APSM e a sociedade;
24. Consolidar e promover a marca APSM de forma a contribuir para a melhoria da imagem da empresa junto dos diferentes públicos-alvo;
25. Dinamizar e envolver a comunidade portuária e civil na promoção comercial, relacional e institucional;
26. Planear a criação do Museu do Porto contemplando a requalificação das locomotivas e das instalações e equipamentos originais, ainda existentes.

3. Actividade portuária

3.1. Enquadramento

O ano de 2010 foi marcado pela crise de risco soberano na Zona Euro, como reflexo do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda. O receio de contágio a economias como a de Portugal, ou mesmo a de Espanha, penalizou sobremaneira as respectivas condições de financiamento, com reflexos notórios ao nível do consumo e do investimento. Em sentido contrário, registo para o dinamismo das exportações, cujo desempenho, com um aumento de 8,7%, contribuiu significativamente para o crescimento de 1,4% do PIB nacional.

Por outro lado, assiste-se a uma evolução dos preços das matérias-primas, a nível mundial, extremamente acentuada, como resultado dos ritmos de crescimento das economias emergentes, com destaque para a China e Índia. A evolução do preço do petróleo e a aceleração dos preços das *commodities* alimentares e dos metais industriais levaram a que os índices de preços *Commodity Research Bureau* relativos à alimentação e aos metais tenham crescido 27,7% e 24,4%, respectivamente, no conjunto do ano de 2010.

De qualquer modo, a economia portuguesa foi fortemente condicionada, não apenas pelo efeito da crise financeira internacional, como ainda pelo efeito das políticas impostas pela União Europeia conducentes à redução do défice público, principalmente no segundo semestre do ano, com o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se, neste último caso, a subida do IVA, de 20% para 21% em Julho. Paralelamente, ocorre em Abril de 2010 um *downgrading* do *rating* da República Portuguesa.

Neste quadro, o desempenho da economia portuguesa situou-se entre os piores da Zona Euro, em oposição ao crescimento do PIB alemão, com 3,6%, o maior desde a sua reunificação, e da Zona Euro, que se cifrou em 1,7%.

Na Região Autónoma dos Açores, o quadro económico poder-se-á considerar relativamente mais favorável do que o nacional, conforme demonstram alguns indicadores, como é o caso do desemprego, que se situa nos 6,9%, contra os 10,8% registados no país, bem como os níveis de carga fiscal relativamente mais baixos, decorrentes da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. Contudo, os elevados níveis de incerteza e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizam a confiança dos consumidores, determinando a

pr
f
ti

desaceleração da procura interna. Por outro lado, a evolução dos preços das matérias-primas, conforme já referido, acentua esse efeito de desaceleração.

Neste contexto, a actividade dos portos de Ponta Delgada e de Vila do Porto, ao longo do exercício de 2010, decorreu num cenário de instabilidade económica, tal como já se observara no ano de 2009, sob o efeito da crise financeira ocorrida no segundo semestre de 2007.

3.2. Movimento de navios e embarcações

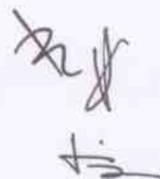
O movimento de navios e embarcações contabilizado no ano de 2010 no conjunto dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto registou um total de 1.315 entradas, correspondente a uma arqueação bruta (GT) de 9.205 milhares de toneladas.

Movimento total de navios e embarcações

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada			
N.º escalas	1.069	1.095	-2,37%
GT/1000	8.706	7.035	23,75%
Estadia (n.º dias)	3.130	2.839	10,25%
Porto de Vila do Porto			
N.º escalas	246	228	7,89%
GT/1000	499	402	24,13%
Estadia (n.º dias)	273	260	5,00%
Total			
N.º escalas	1.315	1.323	-0,60%
GT/1000	9.205	7.437	23,77%
Estadia (n.º dias)	3.403	3.099	9,81%

Face ao ano anterior, observa-se um decréscimo de 0,60% no que respeita ao número de entradas mas um acréscimo de 23,77%, em termos de GT. Relativamente à estadia de navios, observa-se também um acréscimo de 9,81%, decorrente da permanência no porto de Ponta Delgada de várias embarcações, com destaque para o rebocador "Tsavliris Hellas", afecto a operações de salvamento em alto-mar, bem como de duas embarcações para extracção de areia, reflexo directo da diminuição registada na actividade de construção civil.

Em termos de tipologia de navios, observa-se uma preponderância dos navios porta-contentores, decorrente do regime de cabotagem nacional. Seguem-se os navios ou embarcações de carga geral, com prevalência para as operações de tráfego local entre os portos de Ponta Delgada e de Vila do Porto.



N.º escalas por tipo de navios

Descrição	2010	2009	Variação
Navios tanque	163	134	21,64%
Graneleiros	36	31	16,13%
Carga geral	316	360	-12,22%
Porta-contentores	418	431	-3,02%
Passageiros	228	186	22,58%
Outros	154	181	-14,92%
Total	1.315	1.323	-0,60%

Relativamente à dimensão dos navios que escalaram os portos de Ponta Delgada e de Vila do Porto, constata-se que os navios de passageiros representam 35% da GT, enquanto que, em termos de número de escalas, esta percentagem é de 17%. São portanto, em média, os navios de maior dimensão, escalando sobretudo o porto de Ponta Delgada.

Dimensão por tipo de navios

Descrição	2010	2009	Variação
Navios tanque	2.347	1.095	114,22%
Graneleiros	395	410	-3,57%
Carga geral	344	535	-35,60%
Porta-contentores	2.437	2.437	0,02%
Passageiros	3.236	2.565	26,19%
Outros	444	395	12,41%
Total	9.205	7.437	23,77%

Unidade: '000 GT

3.3. Movimento de mercadorias

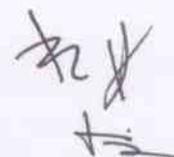
Quanto ao movimento de mercadorias, o conjunto dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto movimentou, no ano de 2010, um total de 1.631 milhares de toneladas, o que significa um decréscimo de 2,00% face aos valores registados no ano anterior.

Movimento total de mercadorias

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada	1.574.559	1.613.116	-2,39%
Porto de Vila do Porto	56.193	50.892	10,42%
Total	1.630.752	1.664.008	-2,00%

Unidade: Toneladas

Em termos históricos, o volume de mercadoria registou um recuo muito significativo, para os níveis observados no ano de 2002, o que ilustra as consequências extremamente acentuadas



da actual crise na actividade económica. Face ao máximo histórico registado em 2007, o ano de 2010 apresenta uma diminuição na tonelage m das mercadorias de cerca de 12%.

Movimento de carga por porto

Descrição	2010	2009	Varição
Porto de Ponta Delgada			
Carga	420.690	433.886	-3,04%
Descarga	1.153.869	1.179.230	-2,15%
Total	1.574.559	1.613.116	-2,39%
Porto de Vila do Porto			
Carga	6.433	6.853	-6,13%
Descarga	49.760	44.039	12,99%
Total	56.193	50.892	10,42%
Total			
Carga	427.123	440.739	-3,09%
Descarga	1.203.629	1.223.269	-1,61%
Total	1.630.752	1.664.008	-2,00%

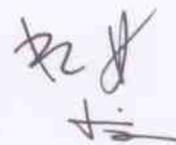
Unidade: Toneladas

Relativamente ao tipo de acondicionamento da carga, merece particular destaque a mercadoria contentorizada, que constitui o principal segmento de actividade, muito particularmente no Porto de Ponta Delgada.

No ano de 2010 atingiu-se um total de 762 milhares de toneladas de mercadorias contentorizadas no conjunto dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto. Este valor, correspondente à soma do peso das mercadorias transportadas em contentores com o peso da tara dos contentores vazios, representa um decréscimo de 7,13% face ao registado no ano anterior.

N.º movimentos de contentores cheios

Descrição	2010	2009	Varição
Porto de Ponta Delgada			
Contentores de 20'	25.071	20.385	22,99%
Contentores de 40'	23.423	22.738	3,01%
N.º Contentores	48.494	43.123	12,46%
N.º TEU	71.917	65.861	9,20%
Porto de Vila do Porto			
Contentores de 20'	898	927	-3,13%
Contentores de 40'	298	420	-29,05%
N.º Contentores	1.196	1.347	-11,21%
N.º TEU	1.494	1.767	-15,45%
Total			
Contentores de 20'	25.969	21.312	21,85%
Contentores de 40'	23.721	23.158	2,43%
N.º Contentores	49.690	44.470	11,74%
N.º TEU	73.411	67.628	8,55%



Ainda relativamente ao segmento contentores, será de mencionar a evolução registada quanto ao número de unidades movimentadas. O quadro acima apresenta o número de unidades cheias movimentadas nos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto para os últimos dois anos, por tipo de contentor e TEU (unidade equivalente de 20 pés).

Quanto a contentores vazios, o quadro abaixo apresenta o movimento por tipo de contentor.

Movimento de contentores vazios

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada			
Contentores de 20'	8.293	7.743	7,10%
Contentores de 40'	8.161	7.920	3,04%
N.º Contentores	16.454	15.663	5,05%
N.º TEU	24.615	23.583	4,38%
Porto de Vila do Porto			
Contentores de 20'	722	788	-8,38%
Contentores de 40'	259	362	-28,45%
N.º Contentores	981	1.150	-14,70%
N.º TEU	1.240	1.512	-17,99%
Total			
Contentores de 20'	9.015	8.531	5,67%
Contentores de 40'	8.420	8.282	1,67%
N.º Contentores	17.435	16.813	3,70%
N.º TEU	25.855	25.095	3,03%

Por último, referência às mercadorias movimentadas em carga geral e a granel.

Quanto ao movimento de granéis líquidos, constitui um importante segmento para os portos sob jurisdição desta Administração Portuária, com cerca de 25% do tráfego total de mercadorias.

Movimento de granéis líquidos

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada	379.255	420.895	-9,89%
Porto de Vila do Porto	20.656	12.101	70,70%
Total	399.911	432.996	-7,64%

Unidade: Toneladas

Já em relação à carga geral, trata-se de um tráfego, em certa medida, associado ao tráfego local, sobretudo no caso do Porto de Vila do Porto. Esse porto movimentou em 2010 um total de 14.561 toneladas em carga geral, sendo 1.054 toneladas embarcadas e 13.507 desembarcadas. Já o Porto de Ponta Delgada registou um total de 47.870 toneladas.

Movimento de carga geral

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada	47.870	49.195	-2,69%
Porto de Vila do Porto	14.561	15.108	-3,62%
Total	62.431	64.303	-2,91%

Unidade: Toneladas

Apenas o Porto de Ponta Delgada movimentou granéis sólidos, que atingiram, em 2010, as 406.218 toneladas, um aumento de cerca de 60 mil toneladas em relação ao volume registado em 2009.

Movimento de granéis sólidos

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada	406.218	346.028	17,39%
Porto de Vila do Porto	-	-	-
Total	406.218	346.028	17,39%

Unidade: Toneladas

Composto sobretudo por importações de matérias-primas para os sectores agrícola e da construção civil, as principais mercadorias deste segmento são o clínquer e gesso, matérias-primas utilizadas no fabrico de cimento, para além de diversos cereais utilizados na produção de produtos alimentares para consumo humano e animal (sector agro-pecuário).

3.4. Movimento de passageiros

O movimento de passageiros poderá ser dividido em dois tipos de operações: uma associada a navios em viagens de cruzeiro, com clara preponderância do porto de Ponta Delgada, e outra, relacionada com as ligações marítimas inter-ilhas, a cargo da companhia marítima regional Atlânticoline, em que se observa um tráfego mais intenso entre os portos de Ponta Delgada e Vila do Porto. No seu conjunto, em 2010, os portos sob jurisdição da APSPM movimentaram um total de 131.583 passageiros, o que representa um acréscimo de 9,68% face aos 119.966 passageiros registados em 2009.

O Porto de Ponta Delgada registou em 2010, pela primeira vez, um movimento global de passageiros superior a uma centena de milhar, mais propriamente de 104.849 passageiros, o que corresponde a um aumento de 12,05% face ao número de passageiros observado em 2009.



Movimento de passageiros em navios de cruzeiro

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada			
Em trânsito	56.969	45.806	24,37%
Embarcados	57	416	-86,30%
Desembarcados	46	295	-84,41%
Total	57.072	46.517	22,69%
Porto de Vila do Porto			
Em trânsito	372	167	122,75%
Embarcados	-	-	0,00%
Desembarcados	-	-	0,00%
Total	372	167	122,75%
Total			
Em trânsito	57.341	45.973	24,73%
Embarcados	57	416	-86,30%
Desembarcados	46	295	-84,41%
Total	57.444	46.684	23,05%

Quanto ao Porto de Vila do Porto, registou também um acréscimo no número de passageiros, atingindo os 26.734 em 2010. Tendo em conta o total de 26.390 passageiros registado em 2009, tal significa um aumento de 1,30%.

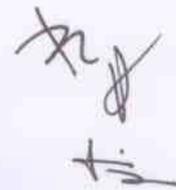
No segmento de cruzeiros, observou-se um movimento de 57.444 passageiros, o que representa um acréscimo assinalável de 23,05% face ao número de passageiros movimentados em navios de cruzeiro no ano de 2009.

Relativamente às ligações inter-ilhas, contabilizaram-se 74.139 passageiros no conjunto dos portos de Ponta Delgada e Vila do Porto, mais 1,17% do que em 2009.

Em termos de divisão por porto, há a registar um total de 47.777 passageiros em viagens inter-ilhas com partida ou destino em Ponta Delgada e um total de 23.362 passageiros com origem ou destino no Porto de Vila do Porto.

Movimento de passageiros em ligações inter-ilhas

Descrição	2010	2009	Variação
Porto de Ponta Delgada	47.777	47.059	1,53%
Porto de Vila do Porto	26.362	26.223	0,53%
Total	74.139	73.282	1,17%



4. Actividade não portuária

4.1. Enquadramento

Enquadra-se neste conjunto de actividades a gestão de empreendimentos não portuários, como é o caso das marinas de Ponta Delgada e Vila do Porto, as piscinas das Portas do Mar e de São Pedro, bem como a gestão de bens dominiais, com particular destaque para a gestão do empreendimento Portas do Mar e, muito particularmente, o conjunto de lojas que integram a Galeria Comercial, para além do parque de estacionamento.

4.2. Náutica de recreio

No ano de 2010 as marinas exploradas pela APSM registaram um total de 744 entradas de embarcações de recreio não locais, com um total de 2.263 tripulantes.

Movimento de embarcações e tripulantes

Descrição	2010	2009	Variação
N.º de embarcações			
Ponta Delgada	511	506	0,99%
Vila do Porto	233	226	3,10%
Total	744	732	1,64%
N.º de tripulantes			
Ponta Delgada	1.670	1.879	-11,12%
Vila do Porto	593	385	50,13%
Total	2.263	2.264	-0,04%

Face ao ano anterior, observa-se um aumento muito ligeiro (+1,64%) no número de embarcações que visitaram as marinas de Ponta Delgada e de Vila do Porto e um número praticamente idêntico ao de 2009, em termos de número de tripulantes.

Tendo em conta o início de funcionamento da infra-estrutura de Vila do Porto e o significativo aumento da oferta de lugares da marina de Ponta Delgada, ocorrido em meados do ano de 2008, estes números correspondem à consolidação da procura ocorrida em 2009.

Em 2010, o pico de actividade ocorreu no mês de Julho. Face ao perfil de operação registado nos anos anteriores, constata-se um atraso de cerca de um mês, decorrente das condições meteorológicas adversas no Atlântico Norte, o que levou os iatistas a iniciarem a passagem do Continente Americano para o Europeu com cerca de um mês de atraso.

Outro aspecto que permite validar este facto é o da época ter tido um início tardio, ou seja no mês de Abril, quando habitualmente a época inicia-se em Março.

Outro facto a destacar é o tempo médio de estadia das embarcações visitantes das marinas de Ponta Delgada e Vila do Porto, que ronda, em ambos os casos, os sete dias (mais propriamente 6,86 dias).

Este facto é particularmente relevante no caso da marina de Vila do Porto, que tem merecido por parte dos velejadores nacionais e estrangeiros rasgados elogios, atendendo às condições oferecidas, nomeadamente em termos de segurança e estabilidade (ausência de agitação marítima no plano de água). Em muitos casos, a marina de Vila do Porto foi escolhida não como ponto de passagem mas como local de destino da viagem. A hospitalidade demonstra ser, neste caso, um factor relevante.

Movimento de embarcações - principais nacionalidades

Descrição	2010	2009	Variação
França	196	188	4,26%
Reino Unido	123	134	-8,21%
Alemanha	80	64	25,00%
Holanda	28	38	-26,32%
Estados Unidos	33	31	6,45%
Portugal	113	28	303,57%
Bélgica	16	21	-23,81%
Espanha	13	15	-13,33%
Suécia	13	15	-13,33%
Irlanda	5	13	-61,54%

Em termos de nacionalidades, continua a destacar-se a presença de embarcações com pavilhão francês, tanto na marina de Ponta Delgada, como na de Vila do Porto., representando, só por si, cerca de 25% do número de embarcações e de tripulantes.

Movimento de tripulantes - principais nacionalidades

Descrição	2010	2009	Variação
França	573	547	4,75%
Reino Unido	330	453	-27,15%
Alemanha	285	228	25,00%
Holanda	87	140	-37,86%
Estados Unidos	82	66	24,24%
Portugal	307	106	189,62%
Bélgica	55	49	12,24%
Espanha	43	64	-32,81%
Suécia	41	54	-24,07%
Irlanda	35	101	-65,35%

Seguem-se as embarcações do Reino Unido, com uma percentagem do total de embarcações e de tripulantes à volta de 15%. Significa isto que estas duas nacionalidades constituem mais de 40% do total de embarcações e tripulantes que visitam as marinas de Ponta Delgada e Vila do Porto.

Relativamente aos principais factos ocorridos durante 2010, destaque, no caso da marina de Ponta Delgada, para os seguintes:

- **Rallye ARC Europe 2010**, de 9 a 12 de Junho, contando com a presença de 10 embarcações;
- **Rallye Atlantic Archipelagos**, organizada pelo Clube Naval de Ponta Delgada em parceria com o “Quinta do Lorde Marinas & Yacht Club”, contando com 8 embarcações que partiram de Ponta Delgada com rumo a Porto Santo, Madeira, regressando à base, entre 8 e 20 de Julho;
- **Regata XXII AtlantisCup**, também designada como Regata da Autonomia, com partida a 26 de Julho de Santa Maria e com meta na Marina da Horta a 1 de Agosto, passando pelas ilhas de São Miguel e Terceira, tendo sido contabilizadas 19 embarcações;
- **Regata “Açoriano Oriental Yacht Race”**, regata organizada pelo Jornal Açoriano Oriental em conjunto com o Clube Naval de Ponta Delgada e Clube Naval de Santa Maria, tendo interligado as ilhas de São Miguel e Santa Maria entre os dias 25 e 30 de Agosto.
- **Regata Volta à Ilha RTP – Meka Center**, 2ª edição, organizada pelo Clube Naval de Ponta Delgada, tendo decorrido a 25 e 26 de Setembro com a participação de 10 embarcações.

Para o ano de 2011, já estão programados dois rallyes, a AZAB 2011 com cerca de 100 embarcações, vinda de *Falmouth*, e a “Rota do Caldo do Peixe”, um rallye gastronómico regional.

Relativamente à marina de Vila do Porto, acolheu em 2010 as regatas “XXII AtlantisCup”, também designada de Regata da Autonomia, e a “Açoriano Oriental Yacht Race”, bem como o “Rallye Atlantic Archipelagos”. Estes eventos, pelo movimento gerado e pela projecção dada à marina, constituíram uma mais-valia para o desenvolvimento desta infra-estrutura. Será, portanto, de considerar a necessidade de aposta contínua no envolvimento e possível organização de eventos desta natureza.

De destacar também o hastear, nas instalações da marina de Vila do Porto, da Bandeira “Quality Coast”, no dia 14 de Setembro, galardão europeu que reconhece o desenvolvimento sustentável e a excelência ambiental das zonas costeiras.

4.3. Piscinas

A actividade das Piscinas sob a gestão da APSM é caracterizada pela sua acentuada sazonalidade, principalmente no que se prende com o complexo de piscinas de São Pedro, cujo período de abertura decorre entre Junho e Setembro. Quanto à piscina natural das Portas do Mar, está aberta todo o ano.

Atendendo ao facto do acesso à piscina natural ter passado a ser gratuito, apenas é possível apresentar os dados relativos ao complexo de piscinas de São Pedro. Assim, em 2010, passaram por aquele complexo de piscinas 17.769 adultos e 25.412 crianças, tendo sido alugadas 5.097 espreguiçadeiras, ao longo de quatro meses de actividade.

Relativamente a 2009, registou-se uma quebra de 16% no aluguer de espreguiçadeiras, um aumento de 7% nos ingressos de crianças e uma diminuição de 7% nos ingressos de adultos.

4.3. Empreendimento "Portas do Mar"

O empreendimento "Portas do Mar" encontra-se em funcionamento desde Julho de 2008. Esta infra-estrutura, propriedade da APSM, engloba o terminal de cruzeiros e de passageiros inter-ilhas, e respectiva gare, bem como diversas outras componentes, como é o caso de uma marina para embarcações de recreio, um parque de estacionamento, uma piscina natural e ainda uma galeria comercial. Tratam-se, em grande medida, de novas áreas de actividade, obrigando a APSM a uma perspectiva mais abrangente do que a directamente associada ao apoio à navegação e à náutica de recreio.

Dever-se-á vincar, sobretudo, o facto da estrutura em causa ter permitido uma nova perspectiva no que respeita ao segmento de actividade portuária "passageiros". A este nível, realça-se o facto de, pela primeira vez, se registar um volume superior a 100.000 passageiros no porto de Ponta Delgada.

Trata-se de um importante marco, possível graças à qualidade da infra-estrutura, reconhecida em certames da especialidade e pelos prémios já atribuídos, nomeadamente o prémio "Turismo de Portugal" em 2009 para melhor empreendimento público nacional.

A actividade do empreendimento é acompanhada por um consórcio designado "Gestão das Portas do Mar" (GPM), formado pelas empresas Norma Açores e Tecnovia-Parques, encarregue directamente da gestão do complexo.

Em termos financeiros, a evolução dos rendimentos obtidos, resultantes das remunerações da concessão de espaços comerciais e da utilização do parque de estacionamento, vêm registando uma evolução muito positiva, conforme se pode observar pelo quadro abaixo.

Rendimentos das Portas do Mar

Descrição	2010	2009	Variação
Remunerações espaços Portas do Mar	634.242	459.177	38,13%
Estacionamento Portas do Mar	225.162	217.890	3,34%
Total	859.404	677.067	26,93%

Unidade: euros

Em termos de visitantes do empreendimento, as estimativas apontam para uma média mensal de 37 mil visitas em meses de época baixa e de 49,5 mil em meses de época alta, de acordo com dados fornecidos pelo consórcio GPM.



Dados complementares na quantificação do número de utilizadores do complexo, estes relativos ao índice de utilização do parque de estacionamento, apontam para um número de entradas anual, durante 2010, de mais de 200 mil viaturas, sendo o volume mensal sempre superior a 14 mil entradas e registando-se um pico no mês de Agosto, com 25,5 mil entradas.

Será ainda de referir a realização de dois inquéritos durante o ano de 2010, com vista à obtenção de informação sobre diversos aspectos do empreendimento, bem como meio auxiliar na caracterização do cliente Portas do Mar. O inquérito em causa, elaborado em português e inglês, permitiu perceber que uma parte considerável (cerca de 50%) dos utilizadores visitam o complexo pelo menos uma vez por semana. Poder-se-á, portanto, considerar que a infra-estrutura Portas do Mar faz já parte do quotidiano da cidade e dos cidadãos de Ponta Delgada.



5. Recursos humanos

5.1. Enquadramento

Desde 2008, a gestão de recursos humanos tem sido abordada de uma forma partilhada, encontrando-se a gestão corrente delegada nos responsáveis das diferentes áreas da empresa, enquanto compete ao “Desenvolvimento Organizacional e Relações Laborais” (DORL), órgão de assessoria da Administração, a implementação de políticas e procedimentos conducentes à melhoria e desenvolvimento dos recursos humanos, aproximação com os órgãos dos trabalhadores e enquadramento numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, tem sido atribuída uma importância significativa às necessidades de formação, no sentido de uma valorização contínua desses recursos fundamentais para a empresa, para além do incremento de acções enquadráveis no âmbito da responsabilidade social da empresa.

De referir ainda como ocorrência relevante durante o ano de 2010 a aposentação de seis funcionários e o falecimento de outro, o que contribuiu objectivamente para uma diminuição dos níveis médios de antiguidade e etário.

5.2. Estrutura do efectivo

O exercício de 2010 apresenta alterações relativamente diminutas no que se refere à estrutura do efectivo, com a contratação de oito novos trabalhadores e a saída de sete trabalhadores, seis por aposentação e outro por falecimento.

Tipo de vínculo do efectivo em 31 de Dezembro

Descrição	2010	2009	Varição
Pessoal do Quadro	122	117	4,27%
Requisitado	2	2	0,00%
Comissão de Serviço	0	0	0,00%
Além do Quadro	5	9	-44,44%
Total do Efectivo	129	128	0,78%
Efectivo Médio	132	131	0,76%

Em termos de efectivo médio, verifica-se um aumento devido ao número de trabalhadores afectos à área comercial, nomeadamente Piscinas, no período de época alta, atendendo à acentuada sazonalidade daquela operação.

5.3. Níveis etário, de antiguidade e de habilitação

Em termos de distribuição por escalões etários do efectivo à data de 31 de Dezembro, é possível constatar algumas alterações relativamente aos anos anteriores, de que resulta uma ligeira diminuição em termos do nível etário médio, que se situava no final de 2010 nos 45,97 anos, face aos 46,20 anos do final de 2009.

No final de 2010, o efectivo com idade igual ou superior a 55 anos de idade representava 20,16% do total do efectivo, uma percentagem bastante menos expressiva dos que os 25% de 2009. Este facto é particularmente relevante, atendendo a se tratar de uma área de actividade com uma acentuada componente operacional, nomeadamente o manuseamento de equipamentos terrestres e equipamentos marítimos.

Em sentido inverso, o efectivo até 39 anos de idade apresenta um acréscimo digno de registo, representando, no final de 2010, 28,68% do efectivo, quando no final do ano anterior o seu peso era de 23,44%.

Escalões etários do efectivo em 31 de Dezembro

Descrição	2010	2009	Variação
Até 24 anos	1	0	100,00%
De 25 a 29 anos	9	7	28,57%
De 30 a 34 anos	17	13	30,77%
De 35 a 39 anos	10	10	0,00%
De 40 a 44 anos	24	26	-7,69%
De 45 a 49 anos	16	15	6,67%
De 50 a 54 anos	26	25	4,00%
De 55 a 59 anos	22	26	-15,38%
60 ou mais anos	4	6	-33,33%
Total	129	128	0,78%

Quanto ao nível de antiguidade, que se situa actualmente nos 17,44 anos, contra os 18,07 anos registados em 2009, é notória uma elevada concentração no último escalão (ou seja, 15 ou mais anos de antiguidade no serviço), que representa 67,44% do total do efectivo, em 31 de Dezembro de 2010. O efectivo com mais de 10 anos de antiguidade representa neste momento 70,54%, quando no final do ano anterior correspondia a 75,78% do total do efectivo.

Em oposição, regista-se, em termos de antiguidade até 10 anos, um acréscimo de cinco pontos percentuais, de 24,22% no final de 2009 para 29,46% no final do ano de 2010, decorrente do processo de renovação do efectivo.



Antiguidade do efectivo em 31 de Dezembro

Descrição	2010	2009	Variação
Até 1 ano	13	5	160,00%
De 1 a 2 anos	9	9	0,00%
De 2 a 5 anos	11	10	10,00%
De 5 a 10 anos	5	7	-28,57%
De 10 a 15 anos	4	15	-73,33%
15 ou mais anos	87	82	6,10%
Total	129	128	0,78%

Ao nível das habilitações dos Recursos Humanos, subsiste um padrão definido, com uma elevada prevalência de recursos com um nível de formação relativamente reduzido, não obstante se tratar de um padrão bastante mais esbatido do que em anos recentes. De qualquer forma, os recursos humanos com uma escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico correspondem a 73,64% do efectivo de 2010, percentagem relativamente estável nos últimos dois anos.

Escolaridade do efectivo em 31 de Dezembro

Descrição	2010	2009	Variação
Inferior a 1.º ciclo ensino básico	0	0	0,00%
1.º ciclo ensino básico	35	38	-7,89%
2.º ciclo ensino básico	29	29	0,00%
3.º ciclo ensino básico	31	29	6,90%
Ensino secundário	12	13	-7,69%
Ensino secundário índole profiss.	0	0	0,00%
Ensino superior politécnico	1	1	0,00%
Ensino superior universitário	21	18	16,67%
Total	129	128	0,78%

A principal alteração a destacar prende-se com o significativo aumento do efectivo com escolaridade correspondente ao ensino superior, que se situa actualmente nos 16,27%, quando em 2008, por exemplo, essa percentagem se situava à volta dos 10%.

5.4. Absentismo

O principal facto a relevar nesta área é o acréscimo significativo do número de faltas observado em 2010, tanto em termos absolutos como também em termos de número de faltas por funcionário. Este fenómeno decorre da existência de, por um lado, situações de baixa médica de longa duração, nomeadamente as que se prendem com pessoal em processo de aposentação e, por outro, da elevada antiguidade do efectivo.

Causas de Absentismo

Descrição	2010	2009	Variação
Faltas justificadas	2.530	2.107	20,08%
Doença	2.084	1.414	47,38%
Acidente	219	480	-54,38%
Maternidade/Paternidade	29	52	-44,23%
Outros motivos	198	161	22,98%
Faltas injustificadas	1	0	100,00%
Total	2.531	2.107	20,12%
N.º faltas por funcionário	19,60	16,33	20,02%

5.5. Formação

O volume de formação registado em 2010 atingiu as 2.037 horas, o que representa uma diminuição de 30,57% relativamente ao volume de 2009. Em contrapartida, o número de formandos regista um aumento, da ordem dos 18,75%.

Indicadores de formação

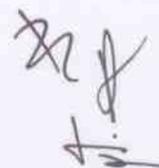
Descrição	Un.	2010	2009	Variação
Cursos realizados	N.º	30	34	-11,76%
Formandos	N.º	266	224	18,75%
Volume de formação	Horas	2.037	2.934	-30,57%
Formação por colaborador	Horas	16	23	-30,43%
Custo horário por formando	Euros	42,22	46,58	-9,36%
Custo horário formação	Euros	5,51	3,56	54,78%
Custo total formação	Euros	11.230,50	8.546,57	31,40%

De todos os colaboradores da empresa, apenas três não frequentaram qualquer acção de formação durante o ano de 2010, enquanto em 2009 este número situara-se nos oito elementos. De qualquer modo, foram asseguradas pelo menos 35 horas anuais de formação a 10% dos trabalhadores, mais concretamente a 16,5% do efectivo, ou seja, 21 trabalhadores.

Em comparação com o exercício de 2008, onde se registou um aumento na ordem dos 400% no número de acções e de 700% no número de participações, pode-se concluir que a evolução dos últimos dois anos mantém-se estável.

Apesar de se registarem menos acções durante o ano de 2010, o custo total foi superior aos contabilizados em 2009, devendo-se tal situação à aposta em cursos de áreas técnicas que, devido à sua natureza e conteúdo pedagógico, apresentam custos mais elevados.

Em termos de execução financeira do plano de formação, esta foi inferior ao orçamentado. Tal deveu-se, essencialmente, à realização de acções gratuitas, à transição de algumas acções para



o plano de formação do ano de 2011, mas principalmente devido ao indeferimento da candidatura ao Programa Operacional de apoio à formação PRO-EMPREGO.

Entre os vários cursos ministrados, destaca-se o curso de Planeamento, Orçamento e Controlo, ministrado às diversas chefias da APSM pelo Centro de Formação do Porto de Leixões e que constituiu elemento fundamental na preparação do orçamento da APSM para 2011.

5.7. Sinistralidade

Neste ano de 2010, o número de acidentes de trabalho aumentou em quatro casos em relação ao ano anterior, aproximando-se no número de acidentes de trabalho registado em 2007. Embora com ocorrências registadas em praticamente todos os meses do ano, é nos meses de Verão que se regista um maior número de acidentes, em virtude de ser esse também o período de maior actividade operacional.

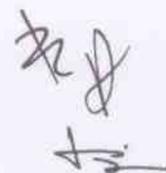
Indicadores de sinistralidade

Descrição	2010	2009	Variação
Acidentes com baixa	11	7	57,14%
Dias de baixa	215	475	-54,74%
Índice de frequência	44,48	27,32	62,81%
Índice de gravidade	0,87	1,86	-53,23%

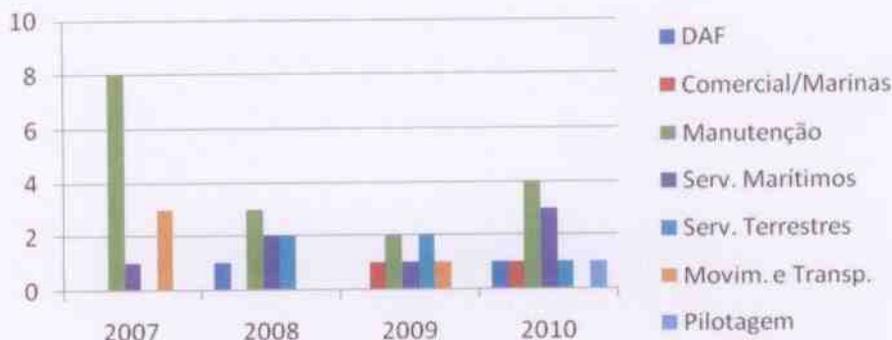
De acordo com a tabela classificativa emitida pela O.M.S., em 2010 o desempenho da empresa foi Médio no que respeita ao índice de frequência e de Bom para o índice de gravidade. Quando comparados com os valores dos anos anteriores, observa-se a mesma classificação para o índice de frequência, enquanto assiste-se a uma melhoria em termos de índice de gravidade. Significa isto que o absentismo por acidente de trabalho diminuiu significativamente.

O perfil do acidentado continua a registar uma distribuição muito semelhante ao longo dos últimos anos. De facto, a maior parte dos acidentes ocorridos desde 2007 ocorreram com indivíduos do sexo masculino, com idades superiores aos 40 anos e antiguidade média na empresa entre 15 e 30 anos.

A grande maioria dos acidentes continua a ocorrer nos sectores de carácter mais operacional. Embora com sentido decrescente entre 2007 e 2010, o Departamento de Manutenção, voltou a registar o maior número de ocorrências.



Distribuição de acidentes de trabalho por sector entre 2007 – 2010



Em 2010, a grande parte dos acidentes teve como principal causa “quedas”. Analisando as causas nos últimos quatro anos, notou-se uma predominância nos acidentes relacionados com o “Choque com objectos” e “quedas”. Tendo em conta a descrição de cada acidente com base no respectivo relatório, concluiu-se que as causas continuam a ter na sua maioria origem em factores humanos, nomeadamente o descuido.

Em 2010, foram implementadas medidas importantes de prevenção de segurança e saúde no local de trabalho, como foram os casos do “Processo de Identificação e Avaliação de Riscos adjacentes a cada tarefa e do Regulamento Interno de Controlo e Prevenção da Alcoolemia, bem como o respectivo procedimento de instruções. Desde a entrada em vigor do referido regulamento, realizaram-se 19 acções de controlo.

A realização, no final de ano, dos cursos “Prevenção e Combate a Incêndios” e de “Introdução aos Primeiros Socorros”, foi outra das medidas importantes implementadas. Desta forma, e em conformidade com a legislação, foram constituídas finalmente as suas equipas de Socorristas e de Brigadas de Primeira Intervenção. Os grupos de formação foram constituídos por 14 colaboradores de vários sectores da empresa, de modo a garantir a preparação de pelo menos três elementos, para que estejam habilitados a intervir em caso de incêndio e no auxílio a acidentados até à chegada das entidades externas competentes.



[Handwritten signatures and initials]

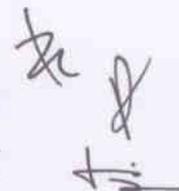
6. Responsabilidade social e empresarial

6.1. Política de sustentabilidade da empresa

A APISM, no reconhecimento do seu papel determinante como agente potenciador do desenvolvimento económico e social dos concelhos e ilhas onde opera e muito particularmente enquanto promotora do desempenho ambiental das comunidades onde se insere, definiu a sua estratégia de sustentabilidade.

Para esse efeito, foram auscultados os *stakeholders* internos e externos, nomeadamente, agentes de navegação e transitários, clientes, colaboradores, comunidades locais, fornecedores e parceiros de negócio. Explicitadas as suas percepções sobre a empresa, nomeadamente os respectivos pontos fortes e fracos, bem como os principais riscos e oportunidades em matéria de sustentabilidade, foi possível identificar os desafios com que a APISM se deparará no futuro e que se apresentam resumidamente a seguir:

- GARANTIR A SEGURANÇA PORTUÁRIA, através da implementação de programas de prevenção e obtenção de certificados reconhecidos a nível internacional que garantam a fiabilidade operacional, transmitindo confiança aos utilizadores do porto e, em simultâneo, aumentando a qualidade do serviço prestado;
- CRIAR VALOR PARA AS PARTES INTERESSADAS, maximizando os proveitos associados aos investimentos realizados e rentabilizando ao máximo as instalações portuárias já existentes;
- GARANTIR A EFICIÊNCIA NAS OPERAÇÕES, promovendo a cooperação e a harmonização de procedimentos junto de todos os agentes da comunidade portuária. A minimização de ineficiências e uma maior gestão do uso das infra-estruturas, aliada à implementação de novas tecnologias e à aposta na investigação, poderá otimizar a cadeia de valor de qualquer produto e, conseqüentemente, aumentar a eficiência dos portos sob jurisdição da APISM;
- ATRAIR, RETER E FORMAR O CAPITAL HUMANO, através de mecanismos que permitam o aperfeiçoamento profissional permanente e promovam a coesão entre os colaboradores da APISM. A constante expansão e desenvolvimento da capacidade portuária implicam a necessidade de mão-de-obra portuária cada vez mais qualificada e com formação ajustada às funções que desempenha pelo que a aposta na formação não poderá ser descurada;



- GERIR OS IMPACTES AMBIENTAIS NA ÁREA DE JURISDIÇÃO, promovendo a cooperação entre todos os agentes da comunidade portuária. Como autoridade portuária, a APSM gere todos os impactes ambientais decorrentes na sua área de jurisdição, quer estes ocorram na sequência da sua actividade (impactes directos) quer decorram da actividade de terceiros (impactes indirectos);
- APOSTAR NA INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE, através da aproximação às comunidades escolares e da criação de sinergias que possibilitem o aumento da interacção entre a APSM e as comunidades locais e da relação porto-cidade.

Neste sentido, precavendo os possíveis impactes da crise económica na sua actividade e o facto de operar num sector cada vez mais competitivo, a APSM assume estes desafios como os pilares da sua estratégia de sustentabilidade. Para cada um dos pilares foram definidos compromissos e metas tangíveis que permitirão alcançar, simultaneamente, um padrão de excelência operacional, a promoção da eco-eficiência e da gestão ambiental, a coesão social e um adequado desempenho económico da APSM.

6.2. Responsabilidade social

Assumindo o seu compromisso com a comunidade, a APSM, quer a nível institucional, quer através da contribuição voluntária dos seus colaboradores, tem apoiado iniciativas de solidariedade social junto de instituições e de públicos mais desfavorecidos.

A exemplo disso, em 2010, a APSM não foi indiferente à onda de solidariedade a favor das vítimas do terramoto no Haiti. A iniciativa denominou-se “Um dia de Salário”, e permitiu angariar um total de 800,30€, quantia doada à Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito da campanha internacional de ajuda ao povo haitiano.

A APSM tem vindo a patrocinar diversas actividades no âmbito social desportivo e cultural na Ilha de Santa Maria e de São Miguel, com destaque para o Sata Rallye Açores, Rallye de Santa Maria, Festival de música “Maré de Agosto”, concedendo também diversos patrocínios e benefícios a instituições locais, como sejam o Clube Naval de Santa Maria, Banco Alimentar, Associação Juvenil de Santa Maria, entre outras entidades.

Durante o período da abertura do complexo de piscina de São Pedro, foram doados 631 ingressos de entrada a instituições de solidariedade social e de economia solidária, cuja missão principal é acolher e proteger crianças e jovens desfavorecidos em risco de exclusão social.



No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Mar, a APSM elaborou uma iniciativa destinada a alunos de diversas escolas de Ponta Delgada, nas faixas etárias dos 5 aos 10 anos, com vista a possibilitar-lhes um dia diferente, proporcionando uma viagem no mar, que uma grande parte delas nunca tinha realizado.

Numa vertente interna da responsabilidade social, a APSM estabeleceu também várias parcerias empresariais, com o intuito de oferecer a todos os colaboradores e seus familiares um conjunto de descontos e condições especiais na aquisição de produtos e serviços. Em 2011 a APSM irá continuar a desenvolver esta política de protocolos sociais com vista à criação de uma rede de benefícios mais vasta que cobra as áreas da saúde, educação, bem-estar e lazer, cultura, entre outros.

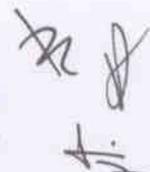
Desde Janeiro de 2010 que a APSM disponibiliza a todos os colaboradores a oportunidade de usufruírem, em horário laboral, do programa do Governo Regional "Rede Valorizar". Este programa permite aos colaboradores com escolaridade inferior ao 9º ou 12º ano, a possibilidade de aumentar as suas habilitações através de um processo de reconhecimento, valorização e certificação de competências. Até à data inscreveram-se 10 colaboradores.

Outra acção a merecer destaque é a relativa à realização de um Estudo de Satisfação no Trabalho, com o objectivo de conhecer os níveis de satisfação, motivação e envolvimento dos colaboradores da APSM. Os inquéritos para a realização do referido estudo foram distribuídos durante o último trimestre de 2010.

No âmbito do estudo, pretende-se identificar e quantificar os impactos de diferentes factores e indicadores sobre a satisfação e envolvimento dos colaboradores. A identificação de possíveis áreas de melhoria, bem como a de aspectos críticos ou a potenciar, são um aspecto determinante na preparação de um plano de acção com medidas concretas de implementação nesta matéria, ao longo de 2011.

De destacar ainda a implementação de novos mecanismos de comunicação no interior da empresa, nomeadamente:

- O lançamento do jornal interno, que contou com quatro edições, para além de reforçar os mecanismos de comunicação interna disponíveis, veio permitir a partilha e divulgação de informação relevante sobre a empresa, e constituiu um convite aos colaboradores para uma interactividade permanente e para uma participação efectiva e afectiva – compreensão, participação e compromisso em relação à empresa e seus projectos, promovendo simultaneamente uma cultura de coesão;



- As reuniões de preparação e acompanhamento do Plano Estratégico da APSM, que juntaram em alguns encontros os principais responsáveis de área da empresa, também contribuíram para um maior envolvimento e partilha de informação, constituindo-se um factor fundamental para a interligação e relacionamento entre os vários sectores da empresa. Estas reuniões foram posteriormente desdobradas pelos seus responsáveis em reuniões sectoriais, com a presença das respectivas equipas.



7. Manutenção

A manutenção de uma infra-estrutura portuária centenária exige um conjunto de tarefas de permanente envolvimento e articulação com as áreas operacionais, nomeadamente os sectores cuja actividade depende directamente da utilização de equipamentos, sejam eles terrestres ou marítimos.

A actividade essencial do sector competente responsável pela gestão da Manutenção contempla, em termos gerais, o acompanhamento da conservação e reparação dos equipamentos da empresa. Excepção para os Serviços Marítimos, cujo tipo de intervenções envolve um grau de especificidade muito particular, nomeadamente operações de manutenção em doca seca, cujo peso nos custos de conservação é extremamente avultado, para além de ser um trabalho efectuado por empresas especializadas.

Em termos globais, o volume de gastos de conservação e manutenção, que atingiu os 872 milhares de euros, poderá ser dividido em algumas componentes principais, em que se destacam os equipamentos de transporte e movimentação e a infra-estrutura "Portas do Mar". O quadro a seguir apresenta o valor e respectivo peso relativo de cada componente no total de gastos de 2010 em conservação e reparação.

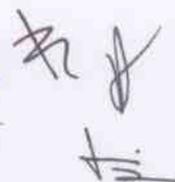
Conservação e manutenção em 2010

Descrição	2010	%
Transporte e movimentação	173.969	19,95%
Portas do Mar	168.582	19,33%
Edifícios	89.572	10,27%
Equipamento marítimo	225.345	25,84%
Marinas	44.471	5,10%
Piscinas	31.872	3,65%
Diversos	138.302	15,86%
Total	872.113	100,00%

Unidade: euros

Da análise dos valores do quadro anterior é possível constatar que praticamente 50% do valor dos gastos de 2010 em conservação e reparação foi aplicado nas áreas de Transportes e Movimentação e no Empreendimento das Portas do Mar.

No primeiro caso, trata-se da manutenção dos equipamentos utilizados na movimentação de cargas dos cais comerciais de Ponta Delgada e de Vila do Porto. Este valor é significativo,



dividindo-se na manutenção preventiva, ou seja, revisões previstas e que se destinam a aumentar a vida útil dos equipamentos e na curativa, isto é, resultante de avarias decorrentes da operação das máquinas e não passíveis de previsão.

No segundo caso, estamos perante a manutenção de todas as especialidades daquela estrutura (Portas do Mar), nomeadamente, Sistemas de AVAC, Sistemas de Segurança, Infra-estruturas de Telecomunicações, Infra-estruturas Eléctricas e Infra-Estruturas Civil, bem como no aumento de operacionalidade da estrutura em causa, em face da sua juventude, envolvendo pormenores conducentes à melhoria da respectiva funcionalidade.

Em termos de actuação, tem sido dada uma preponderância muito acentuada à manutenção preventiva, sobretudo ao nível dos equipamentos terrestres de movimentação horizontal, procurando-se evitar, assim, acções de manutenção correctiva, naturalmente muito mais dispendiosas e conducentes a maiores níveis de imobilização dos equipamentos alvo de intervenção. Este objectivo tem sido prosseguido com particular atenção, atendendo sobretudo à taxa de utilização dos equipamentos em causa e o perfil de operação, que concentra em apenas alguns dias da semana toda a actividade portuária de movimentação de contentores.

O quadro a seguir apresenta o número e peso respectivo de cada tipo de acções de manutenção desenvolvidas ao longo do ano de 2010.

Manutenção correctiva e preventiva em 2010

Descrição	N.º Acções	%
Manutenção correctiva	1.553	60,97%
Manutenção preventiva	692	27,17%
Outros tipos de manutenção	302	11,86%
Total	2.547	100,00%

Nos outros tipos de acções de manutenção, na penúltima linha do quadro acima, incluem-se trabalhos preparatórios a nível topográfico e de desenho, calibração de equipamentos, ou outros tipos de trabalho, ou seja, componentes não directamente ligadas à manutenção correctiva ou preventiva.

De realçar que as acções acima referenciadas correspondem a acções concluídas. Dever-se-á fazer menção ao facto de transitarem para 2011 um total de 457 pedidos de acções, dirigidos sobretudo para equipamentos (56,16%) e infra-estruturas (32,57%).



8. Sistemas de informação - Janela Única Portuária

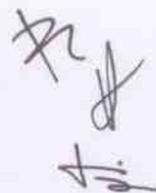
Atendendo à crescente relevância dos sistemas de informação, muito particularmente com o início de actividade em regime produtivo da Janela Única Portuária (JUP), a partir de Janeiro de 2011, e o envolvimento directo que o Departamento de Sistemas Informáticos e de Comunicação registou, desde o início, no âmbito desse processo, detalha-se no presente capítulo as principais actividades relativas à implementação da JUP durante o ano de 2010.

Dever-se-á referir que, previamente ao projecto JUP propriamente dito, decorreu um outro projecto, designado "Procedimentos e Informação Portuária Electrónica (PIPe), com o objectivo de proceder-se à normalização de informação, simplificação e harmonização de procedimentos nos portos portugueses, conducentes à facilitação do tráfego marítimo. Este processo revelava-se fundamental no que se refere à inter-conexão e interoperabilidade, bem como ainda em termos de partilha e troca electrónica de informação processual, entre os vários membros da comunidade portuária, com o fim último de implementação do conceito da JUP.

No âmbito da JUP propriamente dita, que decorre de uma das medidas previstas no Programa SIMPLEX, será possível obter uma desmaterialização muito abrangente da informação entre os diferentes agentes envolvidos no negócio portuário. De facto, a JUP vem permitir que toda a documentação referente à operação seja tratada por via electrónica, podendo ser enviada e processada em antecipação à passagem física dos navios e das mercadorias, com articulação dos fluxos de informação entre as várias autoridades do Estado (Administração Portuária, Capitania, Direcção Geral das Alfandegas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Sanidade Marítima e Inspeção Veterinária) e prestadores de serviços (Terminais Portuários, Agentes de Navegação, Despachantes Oficiais, Transitários e fornecedores de serviços em geral).

As Administrações Portuárias e, neste caso particular, a APISM, agregam toda a informação das operações nos portos sob sua jurisdição, assegurando o interface entre todas as organizações que a gerem e regulam.

Será também de referenciar como aspecto determinante da JUP a comunicação directa e automática entre diferentes ambientes, nomeadamente o da DGAIEC (Direcção Geral das Alfandegas e Impostos Especiais sobre o Consumo) e o relativo ao SafeSeaNet (AESM – Agência Europeia da Segurança Marítima), plataforma europeia de monitorização de tráfego de navios e de informação, no âmbito da aplicação da Directiva 2002/59/CE, cobrindo os



países da União Europeia, a Islândia e a Noruega. Cabe à AESM a recolha de toda a informação disponibilizada pelas diferentes entidades nacionais. Em Portugal, a responsabilidade de recolha de informação é do IPTM (Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP).

Durante o ano de 2010 foram efectuadas diversas reuniões com diferentes entidades e organismos oficiais, no sentido de uma preparação do sistema JUP, a funcionar em ambiente de testes desde Abril de 2009. Simultaneamente, decorreram reuniões ao nível nacional, seja com as restantes administrações portuárias nacionais que utilizam a mesma plataforma JUP, seja com o IPTM, no âmbito da interligação com o SafeSeaNet.

Foi também durante o ano de 2010 assinado um protocolo entre a Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) e diversas Administrações Portuárias, em que se incluíram as da Região Autónoma dos Açores, com vista ao estabelecimento de uma efectiva coordenação e articulação para o desenvolvimento dos projectos das diferentes entidades, com vista à transmissão por meios informáticos da informação relativa à entrada e saída dos meios de transporte e das mercadorias neles transportadas. Ficou, deste modo, estabelecida a interligação entre a JUP e a DGAIEC, possibilitando que a transmissão regular entre sistemas pudesse cumprir com os padrões de serviço pretendidos.

A este nível, será de referir que o porto de Ponta Delgada foi, desde o início, um dos portos seleccionados para a realização de testes de implementação da JUP, e em que constituía elemento crítico a realização de testes de validação das mensagens entre a JUP e a DGAIEC.

Inicialmente desenhada para funcionar isoladamente em cada administração portuária do arquipélago, tiveram também início durante o ano de 2010 os trabalhos de implementação da exploração conjunta da JUP, por se tornar uma solução menos onerosa. Para tal, foi celebrado um protocolo entre as diferentes administrações portuárias e a holding Portos dos Açores, SGPS, SA, assegurando-se a sua centralização no porto de Ponta Delgada, atendendo às condições do respectivo centro de dados e o facto desse porto ter estado, desde o início, envolvido nos testes de validação das mensagens com a DGAIEC. A Portos dos Açores, SGPS, SA, passou pois a assumir as funções de coordenação e controlo geral do sistema, de modo a existir apenas um único interlocutor com os fornecedores do sistema. No âmbito dos serviços de apoio foi ainda nomeada uma equipa de funcionalidades, com representantes das diferentes administrações, tendo a APISM ficado ainda responsável por toda a componente técnica do sistema JUP a funcionar na Região Autónoma dos Açores.



8. Investimento

O investimento realizado no ano de 2010 atingiu um montante total de 3.230.357 euros, o menor valor dos últimos cinco anos. Tal facto atesta sobre a preocupação de contenção que se verifica após o final de um ciclo marcado pela construção de novas infra-estruturas portuárias, em que o projecto “Portas do Mar” e o Núcleo de Recreio de Vila do Porto são referências incontornáveis.

Em termos das principais áreas de investimento, destaque para o porto de Vila do Porto, no qual se registou, em 2010, uma execução financeira de 1.292 milhares de euros, seguindo-se a realização de diversas intervenções no complexo Portas do Mar, com particular destaque para a instalação de *pipeline* de abastecimento ao Terminal Marítimo, projecto iniciado em 2009 e destinado ao fornecimento de gasóleo e fuel a navios atracados nos cais das Portas do Mar.

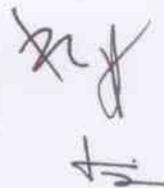
Principais áreas de investimento em 2010

Descrição	Valor	%
Porto de Vila do Porto	1.292.051	40,00%
Portas do Mar	1.207.873	37,39%
Parque oficial	307.216	9,51%
Porto de Ponta Delgada	300.710	9,31%
Outras áreas	122.508	3,79%
Total	3.230.357	100,00%

Unidade: euros

Relativamente aos principais projectos com execução e/ou finalizados durante o ano de 2010, destaque para a finalização de empreitadas referentes ao porto de Vila do Porto, nomeadamente a relativa ao Reequipamento do cais para ferries e das infra-estruturas do porto de Vila do Porto, com um valor total de 3.679 milhares de euros; e a de Construção de uma rampa ro-ro, com um valor de 705 milhares de euros.

A este respeito, dever-se-á, ainda, referir a inauguração do edifício de controlo da Marina, que proporciona uma melhoria muito substancial das condições de apoio aos iatistas, decorrente da disponibilização num único espaço dos serviços das autoridades em matéria de fiscalização da movimentação de bens e pessoas, segurança e policiamento marítimo, bem como acesso à *internet*, comunicações, informação turística, entre outras valências. Adicionalmente, as obras de requalificação do cais para ferries permitiram melhorias muito substanciais na operação de navios *ferry* e na movimentação de passageiros e viaturas associados à operação.

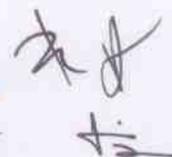


Outras empreitadas cuja conclusão merece referência são:

- Execução do *pipeline* de abastecimento ao Terminal Marítimo e respectiva ligação com as tubagens existentes, com um valor total de 1.314 milhares de euros, possibilitando assegurar o abastecimento de gasóleo e fuel a todos os navios que aportem àquela infra-estrutura portuária;
- Construção das novas oficinas de carpintaria e construção civil, com um valor de 395 milhares de euros, que veio melhorar significativamente as condições de trabalho nessas áreas e permitir a gradual desafecção das actuais oficinas, instaladas no edifício central da construção do porto e que se pretende venham a constituir o núcleo museológico do porto;
- Empreitada de redes e posto de transformação, com um valor de 180 milhares de euros, que se interliga com as empreitadas de construção das oficinas de carpintaria e construção civil e de novas oficinas gerais, num processo candidato ao programa PROCONVERGENCIA. Para além disto, esta empreitada funciona como base para as restantes obras em execução, ou previstas no curto prazo, como é o caso das oficinas gerais já citadas, a ligação de energia em média tensão para o cais comercial de Ponta Delgada e o futuro núcleo museológico;
- Reparação de uma parcela significativa de tampas de caleiras no cais comercial, possibilitando a melhoria de condições de operacionalidade e protecção das respectivas tubagens, com um valor de 261 milhares de euros. Esta empreitada será complementada com a execução de outro troço do cais, durante o ano de 2011;
- Construção de divisórias nas salas de embarque da Gare Marítima das Portas do Mar, no valor de 96 milhares de euros.

Iniciou-se em 2010 a empreitada de construção das novas oficinas gerais do porto, tendo-se executado, até ao final de 2010, 196 milhares de euros, uma parcela muito significativa respeitante a estudos e projectos, atendendo a que o início da empreitada ocorreu no final de 2010 e o prazo de execução da mesma é relativamente amplo;

Quanto a equipamentos, merece destaque a melhoria da operacionalidade do cais comercial, com a renovação do circuito de CCTV existente, permitindo-se deste modo melhorar a segurança de toda a área portuária que, como se sabe, é certificada no âmbito do Código Internacional para a Protecção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS) pelo IPTM. O valor dispendido foi de 31 milhares de euros.



Será de relevar ainda a aquisição de algumas viaturas, num total de 34 milhares de euros, para substituição e reforço do parque automóvel da empresa, que se encontrava relativamente obsoleto, para além de insuficientemente dotado em determinados casos pontuais. Este investimento foi financiado através de processos de leasing, permitindo desse modo uma menor imobilização de recursos financeiros.

Foi também financiada por leasing a aquisição de diverso equipamento administrativo, nomeadamente informático, no valor de 24 milhares de euros.

Procedeu-se ainda à aquisição e substituição de diversas ferramentas e utensílios para a actividade corrente da empresa.

No que respeita ao financiamento dos investimentos já referenciados, foram efectuadas, em 2010, candidaturas ao programa PROCONVERGENCIA, num valor total de 3,1 milhões de euros, para uma despesa prevista de 3,6 milhões de euros.

Em termos dos valores de investimento realizado em 2010, observa-se que uma parte muito substancial, ou seja cerca de 65%, foi financiada pelo já referido programa PROCONVERGENCIA.

Financiamento de investimento realizado em 2010

Descrição	Valor	%
Leasing	58.226	1,80%
PROCONVERGENCIA	2.078.876	64,35%
Auto-financiamento	1.093.255	33,84%
Total	3.230.357	100,00%

Unidade: euros

9. Análise económica e financeira

O clima económico recessivo vivido em 2010 condicionou sobremaneira a actividade portuária, conforme demonstram os indicadores relativos ao movimento de navios e mercadorias, com efeitos directos ao nível do volume de negócios da APSM.

Adicionalmente, e ao contrário do que ocorreu até 2009, não se procedeu a qualquer actualização dos tarifários aplicáveis em 2010.

Para além disto, a necessidade de reconhecimento do gasto com a indemnização e respectivos juros de mora, a liquidar durante o ano de 2011, referente ao processo movido pelos adjudicatários do concurso público para a empreitada de construção do Novo Terminal Marítimo de Cruzeiros da Cidade de Ponta Delgada, registou um impacto muito significativo no que respeita ao resultado do exercício.

Poder-se-ão considerar estes os aspectos mais determinantes para a obtenção do Resultado Líquido negativo de 3.610.010,94 euros, bastante mais dilatado do que o valor orçamentado, que se cifrara nos 2.962 milhares de euros, mas que não contemplava o reconhecimento do gasto com a indemnização acima referida.

No quadro abaixo é apresentado o detalhe na formação dos Resultados Líquidos.

Formação dos Resultados Líquidos

Descrição	2010	2009	Variação
Resultados Operacionais	(2.931.782)	(1.223.170)	139,69%
Resultados Financeiros	(946.971)	(939.747)	0,77%
Resultados antes de Impostos	(3.878.753)	(2.162.917)	79,33%
Imposto sobre o rendimento	268.742	239.765	12,09%
Resultado Líquido	(3.610.011)	(1.923.152)	87,71%

Unidade: euros

Da análise da informação constante do quadro, é perceptível a evolução particularmente negativa ao nível dos Resultados Operacionais, decorrente da indemnização já referenciada. Expurgado este facto, observar-se-ia uma evolução bastante diferente, neste caso positiva ao nível dos citados Resultados Operacionais, que registariam uma melhoria de 266 milhares de euros.



[Handwritten signature]

Relativamente aos Resultados Operacionais, importa conhecer com mais algum pormenor a evolução dos Rendimentos e dos Gastos.

Resultados Operacionais

Descrição	2010	2009	Variação
1. Rendimentos Operacionais			
Vendas	307.123	286.103	7,35%
Prestações de Serviços	11.661.712	11.680.365	-0,16%
Subsídios à Exploração	-	28.372	-100,00%
Reversões	65.070	-88.946	-173,16%
Outros Rendimentos e Ganhos	1.235.462	1.141.915	8,19%
Total 1.	13.269.366	13.047.809	1,70%
2. Gastos Operacionais			
Custos Existências Vendidas	396.746	365.522	8,54%
Fornecimentos Serviços Externos	4.761.774	5.043.768	-5,59%
Gastos com o Pessoal	5.762.120	5.533.590	4,13%
Outros Gastos Operacionais	2.147.469	217.827	885,86%
Total 2.	13.068.108	11.160.708	17,09%
3. EBITDA (=1.-2.)	201.258	1.887.101	-89,34%
4. Gastos de Depreciação	3.131.637	3.110.271	0,69%
5. Resultados Operacionais (=4.-3.)	2.930.379	1.223.170	139,57%

Unidade: euros

Neste contexto, o EBITDA de 2010 atinge os 201.258 euros, o que representa uma variação percentual de -89,34% face ao valor do ano anterior. O principal aspecto para a obtenção deste valor, nunca será demais referi-lo, prende-se com o valor de indemnização acordado com o consórcio responsável pela construção do empreendimento Portas do Mar.

Vendas e prestações de serviços

Descrição	2010	2009	Variação
Equipamento terrestre	3.338.165	3.283.425	1,67%
TUP carga	2.379.281	2.244.625	6,00%
TUP navio	1.498.918	1.446.847	3,60%
Tarifa de amarração	638.004	638.694	-0,11%
Remunerações espaços Portas do Mar	634.242	459.177	38,13%
Tarifa de pilotagem	545.430	513.345	6,25%
Fornecimento de electricidade	467.824	450.139	3,93%
Vendas	307.123	286.103	7,35%
Equipamento marítimo	240.315	592.047	-59,41%
Estacionamento Portas do Mar	225.162	217.890	3,34%
Náutica de recreio	235.000	231.215	1,64%
Utilização de terraplenos	187.195	290.955	-35,66%
Fornecimento de água	125.293	117.397	6,73%
Piscinas	84.128	114.301	-26,40%
Total de vendas e prestações de serviços	11.968.834	11.966.468	0,02%

Unidade: euros



[Handwritten signature]

O detalhe dos Rendimentos Operacionais poderá ser visto no quadro anterior, que apresenta as principais rubricas de Prestações de Serviços, para além das Vendas. Consta-se a manutenção do Volume de Negócios, cuja variação residual de 0,02% contempla um aumento das Vendas de combustível (7,35%) e uma diminuição muito ligeira das Prestações de serviços (-0,16%).

Observa-se ainda uma diminuição muito acentuada em algumas rubricas, nomeadamente no que respeita a equipamento marítimo (-59,41%), decorrente da drástica redução da componente relativa a operações fora da área da jurisdição, de 342.794 euros, em 2009, para 30.550 euros (-91,09%), em 2010, e nos ingressos em Piscinas (-26,40%), neste caso como resultado da implementação da gratuitidade do acesso à piscina das Portas do Mar.

Em sentido contrário, destaque para as Remunerações dos espaços comerciais das Portas do Mar, cuja evolução foi extremamente satisfatória, com um aumento de 38,13%.

Relativamente aos Gastos Operacionais, destaque para a diminuição registada ao nível dos Fornecimentos e serviços externos, que se cifrou em 282 milhares de euros, ou seja, -5,59% do que em 2009. Em sentido contrário, observa-se um aumento de 4,13% nos Gastos com o Pessoal, equivalente a 229 mil euros.

Quanto ao comportamento dos Fundos Libertos, observa-se que, pela primeira vez, registam um valor negativo, decorrente do registo da indemnização acordada com o consórcio de empresas responsável pela construção do empreendimento Portas do Mar, que tem um efeito directo no Resultado Líquido.

Fundos Libertos

Descrição	2010	2009 (SNC)	2009 (POC)	Varição (SNC)
Resultado Líquido	-3.610.011	-1.923.152	-2.187.524	87,71%
Gastos de Depreciação	3.131.634	3.110.271	3.110.271	0,69%
Imparidades/Provisões do Exercício	-13.814	146.025	146.025	-109,46%
Fundos Libertos	-492.188	1.333.144	1.068.772	-136,92%

Unidade: euros



[Handwritten signatures]

Situação Financeira e Patrimonial

A situação patrimonial da APSM em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é apresentada no quadro seguinte.

Balanços

Descrição	2010	%	2009	%
Investimento	88.216.536	87,02%	87.923.364	83,50%
Activos Fixos Tangíveis	87.877.669	86,68%	87.758.997	83,17%
Participações Financeiras	165.461	0,16%	164.366	0,16%
Activos por impostos diferidos	173.407	0,17%	186.728	0,18%
Activo Circulante	13.161.365	12,98%	17.407.283	16,50%
Inventários	311.070	0,31%	336.948	0,32%
Contas a receber	12.568.369	12,40%	16.772.895	15,90%
Diferimentos	10.585	0,01%	84.046	0,08%
Disponibilidades	271.341	0,27%	213.393	0,20%
Total do Activo	101.377.901	100%	105.517.374	100%
Capitais Próprios	48.788.763	48,13%	48.986.073	46,42%
Passivo não Corrente	16.326.720	16,10%	26.097.217	24,73%
Provisões	680.259	0,67%	746.913	0,71%
Financiamentos Obtidos	7.631.316	7,53%	13.847.481	13,12%
Passivo por Impostos Diferidos	8.015.145	7,91%	11.362.082	10,77%
Outras contas a pagar	-	-%	140.741	0,13%
Passivo Corrente	36.262.417	35,77%	30.434.084	28,84%
Contas a pagar	4.384.121	4,32%	2.858.855	2,71%
Financiamentos Obtidos	31.854.239	31,42%	27.546.254	26,11%
Diferimentos	24.057	0,02%	28.975	0,03%
Total do Capital Próprio e Passivo	101.377.901	100%	105.517.374	100%

Unidade: euros

O Fundo de Maneio regista um valor negativo de 23.101 milhares de euros, mais 10.074 milhares de euros do que o valor negativo também observado em 2009, tendo por base o novo normativo SNC, que abrange os dois anos, ou seja 2009 e 2010.

Fundo de Maneio

Descrição	2010	2009	Variação
Capitais Circulantes	13.161.365	17.407.283	-24,39%
Passivo Corrente	36.262.417	30.434.084	19,15%
Fundo de Maneio	-23.101.053	-13.026.802	77,33%

Unidade: euros

Relativamente aos rácios financeiros e económicos, são apresentados nos dois quadros seguintes.



Rádios financeiros

Indicadores	2010	2009	Variação
Liquidez geral	0,36	0,57	-36,54%
Activo circulante/Passivo corrente			
Autonomia financeira	0,48	0,46	3,66%
Capital próprio/Activo total			
Solvabilidade	0,93	0,87	7,06%
Capital próprio/Passivo total			
Cobertura do investimento	0,74	0,85	-13,38%
Capitais permanentes/Investimento tangível			
Prazo médio de cobrança (n.º dias)	84,60	85,59	-1,16%
Saldo Clientes c/c *365/(Vendas+Prestações de serviços)			
Prazo médio de pagamentos (n.º dias)	78,41	109,41	-28,33%
Saldo Fornecedores c/c *365/Fornecimentos e serviços externos			

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de uma diminuição da Liquidez geral, por via do efeito conjunto de uma diminuição do Activo circulante em 24% e do aumento do Passivo corrente, que regista um aumento de 19%.

Já ao nível da Autonomia Financeira, constata-se a manutenção a um nível bastante elevado, por via do efeito provocado pela introdução do novo normativo SNC, que veio permitir a inclusão de subsídios ao investimento não reembolsáveis no Capital próprio. Por esta via, observou-se um aumento dos Capitais próprios da APSM de mais de 34 milhões de euros, que passou de 14.9 milhões de euros, de acordo com o anterior normativo POC, para praticamente 49 milhões de euros, nos termos do SNC.

Em termos do indicador Solvabilidade, observa-se um ligeiro aumento, por via da diminuição do Passivo total, quando comparado com o nível praticamente estacionário do Capital próprio da APSM.

Relativamente ao grau de Cobertura do Imobilizado, regista uma diminuição face ao exercício anterior, em resultado da redução dos Capitais Permanentes. Tal decorre do aumento dos financiamentos obtidos afectos ao Passivo corrente, tendo em conta a maturidade dos mesmos.

Quanto aos prazos médios, regista-se uma ligeira melhoria em ambas as situações, particularmente no prazo médio de pagamentos, que diminuiu mais de 28%. Quanto ao prazo médio de cobrança, mantém-se praticamente inalterado, tendo diminuído um dia.

Os indicadores de índole económica registam um comportamento relativamente negativo, por via dos resultados do exercício, particularmente induzidos pelo efeito da indemnização a liquidar em 2011, mas alvo de acordo no final de 2010.



Handwritten signature and initials

Rácios económicos

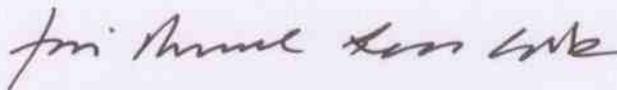
Indicadores	2010	2009	Variação
Gastos com o pessoal/VAB	96,63	74,57	29,58%
Gastos com o pessoal/VAB			
Rentabilidade das Vendas	-24,48	-10,22	139,53%
Resultados operacionais/(Vendas+Prestações de serviços)			
Rentabilidade operacional do activo	-2,89	-1,16	149,35%
Resultados operacionais/Activo total			
Rentabilidade dos capitais próprios	-7,96	-3,93	102,75%
Resultados líquidos/Capitais próprios			

10. Proposta de aplicação de resultados

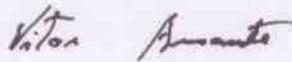
O Resultado Líquido apurado no exercício de 2010 atingiu um total negativo de € 3.610.010,64. Considerando o disposto na alínea c) do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o referido prejuízo seja mantido em Resultados Transitados.

Ponta Delgada, 29 de Março de 2011.

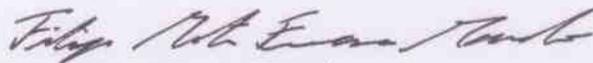
O Conselho de Administração



José Manuel Pacheco Rego Costa



Vítor Manuel Ribeiro Amante



Filipe Mota Fonseca Macedo

GOVERNO DA SOCIEDADE

Modelo de governo

A gestão da APM é da responsabilidade dos seus órgãos sociais, todos eles nomeados para o quadriénio 2010-2013. A respectiva composição é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente: Dr. Frederico Alberto Silva de Oliveira;
- Secretário: Dr. João Guilherme Carreiro de Morais.

Conselho de Administração

- Presidente: Eng. José Manuel Pacheco Rego Costa;
- Vogal: Dr. Vítor Manuel Ribeiro Amante;
- Vogal: Dr. Filipe Mota Fonseca Macedo.

Revisor Oficial de Contas

- Fiscal Único Efectivo: Sociedade UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Manuel Luís Fernandes Branco (ROC n.º 652);
- Fiscal Suplente: Dr. António Augusto Almeida Trabulo (ROC n.º 1042).

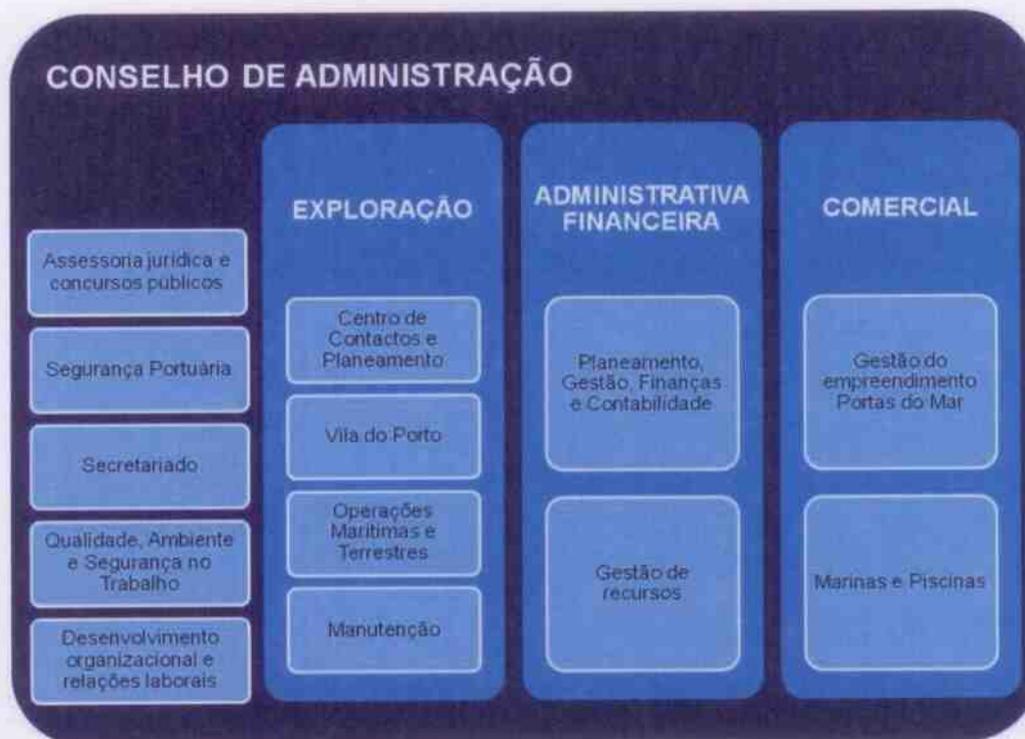
Elementos curriculares e funções exercidas pelos membros do órgão de gestão e administração

A competência dos membros do Conselho na coordenação directa das áreas de gestão está distribuída da seguinte forma:

- **Presidente** José Manuel Pacheco Rego Costa: Exploração Portuária, Segurança Portuária e Assessoria Jurídica;
- **Vogal** Vítor Manuel Ribeiro Amante: Direcção Administrativa e Financeira;
- **Vogal** Filipe Mota Fonseca Macedo: Direcção Comercial, Desenvolvimento Organizacional e Relações Laborais, Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho.

A estrutura orgânica da empresa é a que resulta da Ordem de Serviços n.º 2/2008 e consta da figura abaixo.

Estrutura orgânica



Em termos curriculares, apresentam-se abaixo os principais elementos relativos a cada membro do conselho de administração:

- **Presidente** José Manuel Pacheco Rego Costa:

- Licenciado em Engenharia Civil, pelo Instituto Superior Técnico, em 1969;
- Director Técnico em empresas do sector de construção civil (Tecnovia Açores e Proinsula) entre 1978 e 1997;
- Director do Porto de Ponta Delgada entre 1997 e 2003;
- Presidente do Conselho de Administração da APBM desde 2003.

- **Vogal** Vítor Manuel Ribeiro Amante:

- Licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Economia, em 1984;
- Técnico Superior na Secretaria Regional do Comércio e Indústria do Governo Regional dos Açores, entre 1985 e 1988;
- Técnico Superior dos CTT, na área de Planeamento, Finanças e Contabilidade, entre 1989 e 1994 e no apoio técnico e administrativo da Direcção Regional de Correios dos Açores, entre 1994 e 2003;
- Vogal do Conselho de Administração da APBM desde 2003.

- Vogal Filipe Mota Fonseca Macedo:

- Licenciado em Economia, pela Universidade Nova de Lisboa, e pós-graduado em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade dos Açores/Instituto Superior Técnico;
- Técnico Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., entre 2003 e 2006;
- Integra a APIA – Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E. entre 2006 e o final de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da APSM, desde o final de 2009.

Conteúdo de principais reuniões do Conselho de Administração

No ano de 2010, o Conselho de Administração reuniu 67 vezes, tendo deliberado sobre diversos assuntos, dos quais se podem destacar os seguintes:

- 04/01/2010 – ADJUDICAÇÃO À SOMAGUE-EDIÇOR ENGENHARIA, S.A. DO FORNECIMENTO DE TUBAGEM E ACESSÓRIOS PARA AS LINHAS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PELO VALOR DE 26.966,90€, MAIS IVA COM O PRAZO DE ENTREGA DE 60 DIAS;
- 04/01/2010 – ADJUDICAÇÃO À EMPRESA SOMAGUE DA EMPREITADA DE LIGAÇÃO DAS LINHAS DE COMBUSTÍVEIS DO TERMINAL MARÍTIMO ÀS TUBAGENS EXISTENTES PELO VALOR DE 160.229,98€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 90 DIAS;
- 18/01/2010 – ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE TETRAPODES À EMPRESA SOMAGUE PELO VALOR DE 86.400,00€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 DIAS;
- 02/02/2010 – ADJUDICAÇÃO AO GABINETE SERVULO E ASSOCIADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA DO PROCESSO DE INDEMNIZAÇÃO DA EMPREITADA DAS PORTAS DO MAR, DURANTE UM PERÍODO APROXIMADO DE 6 MESES PELO VALOR DE 18.500,00€;
- 09/02/2010 - ADJUDICAÇÃO À EMPRESA MARQUES, S.A. DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA RAMPA RO-RO E FERRY NO PORTO DE VILA DO PORTO, PELO VALOR DE 657.732,90€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 4 MESES;
- 03/02/2010 – APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DA APSM PARA O BIÉNIO 2010-2011;
- 09/02/2010 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA RAMPA RO-RO E FERRY DO PORTO DE P. DELGADA À EMPRESA SOMAGUE PELO VALOR DE 515.710,39€, MAIS IVA COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 120 DIAS;
- 11/02/2010 – RENOVAÇÃO POR 10 ANOS DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO NA ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APSM EM VILA DO PORTO DESTINADO À INSTALAÇÃO DE PRÉ-FABRICADO DA EMPRESA J. COSTA & FILHOS, LDA;
- 25/02/2010 – AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO PRESENCAS PELO VALOR DE 12.513,86€, MAIS IVA;
- 23/03/2010 – ADJUDICAÇÃO À EMPRESA BENCOM DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO POR LOTES DOS PIPELINES DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AO TERMINAL MARÍTIMO PELA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA MENSAL DE 75€;



[Handwritten signature]

- 23/03/2010 – APROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DE OLHAIS NOS MURETES LATERAIS DA COBERTURA DO PAVILHÃO DO MAR À SOMAGUE, PELO VALOR DE 12.676,49€, MAIS IVA;
- 23/03/2010 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA RISCO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE ADAPTAÇÃO DE ARMAZÉM DA GARE MARÍTIMA A DISCOTECA, PELO VALOR DE 7.100,00€;
- 14/04/2010 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO GABINETE PAZ FERREIRA & ASSOCIADOS PARA ASSESSORIA JURIDICA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS DOS LOJISTAS DAS PORTAS DO MAR, PELO VALOR DE 4.000,00€ MENSAIS;
- 22/04/2010 – ADJUDICAÇÃO À EMPRESA SOMAGUE DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS DIVISÓRIAS DA SALA DE EMBARQUE DO TERMINAL MARÍTIMO DE PONTA DELGADA, PELO VALOR DE 86.206,45€, MAIS IVA E COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 90 DIAS;
- 23/04/2010 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DA GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009. APROVAÇÃO DE MANTER O MONTANTE DE 2.187.523,87€ EM RESULTADOS TRANSITADOS;
- 27/04/2010 – ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO E MONTAGEM DE UM GRUPO ELECTROGÉNEO PARA O PARQUE DE ESTACIONAMENTO E CENTRAL DE BOMBAGEM DAS PORTAS DO MAR À EMPRESA FAMEG, S.A., PELO VALOR DE 42.688,20€, COM O PRAZO DE ENTREGA DE 58 DIAS;
- 04/05/2010 – ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PIPELINE DE ABASTECIMENTO DE FUEL AO TERMINAL MARÍTIMO DE P. DELGADA À EMPRESA BENCOM, PELOA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA MENSAL DE 75€;
- 07/05/2010 – APROVAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 4 VIATURAS (56.245,78€) EM REGIME DE LEASING ATRAVÉS DO BANCO BARCLAYS;
- 29/06/2010 – ADJUDICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E DOCAGEM DO REBOCADOR PÊRO DE TEIVE AOS ESTALEIROS NAVAIS DE PENICHE PELO VALOR DE 43.544,00€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 20 DIAS;
- 01/07/2010 – ADJUDICAÇÃO À EMPRESA MARQUES, S.A., DA EMPREITADA DE ARRANJO E DESVIO DE INFRA-ESTRUTURAS NO ACESSO À RAMPA RO-RO DO CAIS DE PASSAGEIROS DO PORTO DE VILA DO PORTO PELO VALOR DE 35.819,60€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 30 DIAS;
- 01/07/2010 – ADJUDICAÇÃO À SOMAGUE DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE UMA CAIXA DE VISITA E ALTERAÇÃO DA TUBAGEM DE COMBUSTÍVEIS DO TERMINAL MARÍTIMO DE P. DELGADA, PELO VALOR DE 32.624,92, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 7 DIAS;
- 13/07/2010 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS OFICINAS GERAIS DO PORTO DE PONTA DELGADA À EMPRESA CASTANHEIRA & SOARES, PELO VALOR DE 1.856.724,17€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 15 MESES;
- 20/07/2010 – ADJUDICAÇÃO À ASSOCIAÇÃO PARA O ESTUDO DO AMBIENTE INSULAR DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, EXPLORAÇÃO E OPERACIONALIDADE DAS BÓIAS ONDÓGRAFOS E PAG. WEB NO ÂMBITO DO PROJECTO MACSIMAR PELO VALOR DE 68.500,00€, MAIS IVA DURANTE 24 MESES;



- 16/09/2010 – ADJUDICAÇÃO à EMPRESA DTS DO FORNECIMENTO DE 15 EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS PORTÁTEIS PELO PREÇO DE 23.996,40€, COM UM PRAZO DE ENTREGA DE 30 DIAS;
- 28/09/2010 – APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO PARA UM ESPAÇO COBERTO A CONSTRUIR NA FAIXA ADJACENTE ÀS GALERIAS COMERCIAIS DAS PORTAS DO MAR, À NORMA AÇORES, PELO VALOR DE 14.900,00€, MAIS IVA E COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 45 DIAS;
- 26/10/2010 – ADJUDICAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MARMORITES À EMPRESA SOMAGUE, PELO VALOR DE 41.432,34€, MAIS IVA, COM O PRAZO DE EXECUÇÃO DE 107 DIAS;
- 26/10/2010 – ADJUDICAÇÃO AO GABINETE SERVULO & ASSOCIADOS DOS SERVIÇOS DE ASSESSORIA NO PROCESSO DE INDEMNIZAÇÃO DAS PORTAS DO MAR, PELO VALOR DE 27.500,00€, MAIS IVA;
- 04/11/2010 – RATIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELA EMPRESA WW-CONSULTORES DE HIDRULICA E OBRAS MARÍTIMAS, S.A., PELO VALOR DE 41.568,00€ PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DAS RAMPAS RO-RO E FERRY DOS PORTOS DE PONTA DELGADA E DE VILA DO PORTO, PELO VALOR DE 41.568,00€;
- 29/12/2010 – ADJUDICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA BALNEAR PARA 2010 À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PONTA DELGADA, PELO VALOR DE 33.566,79€, MAIS IVA;
- 29/12/2010 – ADJUDICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ESTUDO DE SOLUÇÕES PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRANQUILIDADE DA MARINA PÊRO DE TEIVE E ELABORAÇÃO DO RESPECTIVO PROJECTO DE EXECUÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO À EMPRESA CONSULMAR - PROJECTISTAS E CONSULTORES, LDA., PELO VALOR DE 18.900,00€, MAIS IVA;
- 30/12/2010 – DECISÃO SOBRE O ACORDO NO PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO AO CONSÓRCIO MEPREITEIRO DAS PORTAS DO MAR, NO VALOR DE 1.975.000,00€, A PAGAR 30%, 30% E 40%, EM 90, 210 E 330 DIAS, RESPECTIVAMENTE, A CONTAR DA DATA DE CELEBRAÇÃO DO ACORDO JUDICIAL.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Estatuto remuneratório fixado:

1. Mesa da Assembleia Geral: os membros da mesa da Assembleia Geral exercem as suas funções a título gratuito;
2. Conselho de Administração:
 - a. Presidente: uma remuneração base de montante igual à fixada para o presidente do conselho de administração das empresas públicas regionais do grupo II, nível I, no montante de 3.757,45 euros, catorze meses no ano, incluindo despesas de representação no montante mensal de 1.159,71 euros, abonadas doze meses por ano e subsídio de alimentação no montante de 7,23 euros diários;



b. Vogais

- i. Dr. Vítor Amante: uma remuneração base de montante igual à fixada para os vogais do conselho de administração das empresas públicas regionais do grupo II, nível I, no montante de 3.381,71 euros, catorze meses no ano, incluindo despesas de representação no montante mensal de 869,78 euros, abonadas doze meses por ano e subsídio de alimentação no montante de 7,23 euros diários;
 - ii. Dr. Filipe Macedo: uma remuneração base de montante igual à fixada para os vogais do conselho de administração das empresas públicas regionais do grupo II, nível I, no montante de 3.381,71 euros, catorze meses no ano, incluindo despesas de representação no montante mensal de 869,78 euros, abonadas doze meses por ano e subsídio de alimentação no montante de 7,23 euros diários, acrescido de seguro de saúde e energia eléctrica, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º do Estatuto do Gestor Público da Região Autónoma dos Açores.
3. Órgãos de fiscalização: uma remuneração anual de 9.900 euros.

Funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração noutras empresas

- **Presidente** José Manuel Pacheco Rego Costa:

- Gerente do Conselho de Gerência da empresa OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.

- **Vogal** Vítor Manuel Ribeiro Amante:

- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.

- **Vogal** Filipe Mota Fonseca Macedo:

- Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, SGPS, SA.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

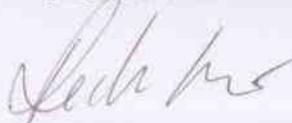
Balço em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

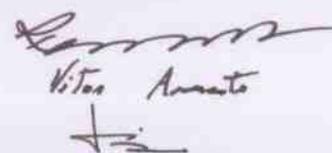
	Notas	2010	2009
Activo			
Activos fixos tangíveis	7	87.877.668,80	87.758.997,23
Participações financeiras	10	165.460,64	164.366,27
Activos por impostos diferidos	16	173.406,96	186.728,26
Total do Activo - Não Corrente		88.216.536,40	88.110.091,76
Inventários	11	311.069,80	336.948,42
Clientes	18	2.774.100,20	2.805.963,53
Adiantamentos a fornecedores	20	7.956,38	133,32
Estado e outros entes públicos	28	125.948,69	1.074.019,50
Accionistas / sócios	23	18.832,66	-
Outras contas a receber	19	9.641.531,53	12.892.779,10
Diferimentos	27	10.584,80	84.046,04
Caixa e depósitos bancários	17	271.340,51	213.392,59
Total do Activo - Corrente		13.161.364,57	17.407.282,50
		101.377.900,97	105.517.374,26
Capitais Próprios			
Capital realizado	24	11.109.300,00	11.109.300,00
Reservas legais	25	201.000,00	201.000,00
Outras reservas	25	6.408.337,23	6.408.337,23
Resultados transitados	25	(3.110.396,52)	(900.507,75)
Outras variações no capital próprio	25	37.790.533,66	34.091.095,68
		52.398.774,37	50.909.225,16
Resultado líquido do exercício		(3.610.010,94)	(1.923.152,25)
Total dos Capitais Próprios		48.788.763,43	48.986.072,91
Passivo			
Provisões	13	680.259,46	746.913,06
Financiamentos obtidos	22	7.631.316,07	13.988.222,23
Passivos por impostos diferidos	16	8.015.144,81	11.362.081,57
Total do Passivo - Não Corrente		16.326.720,34	26.097.216,86
Fornecedores	20	1.022.991,79	1.511.955,79
Adiantamento de clientes	18	610,70	-
Estado e outros entes públicos	28	154.308,82	126.355,99
Accionistas	23	27.203,27	2.263,81
Financiamentos obtidos	22	31.854.239,15	27.405.512,83
Outras contas a pagar	21	3.179.006,06	1.359.021,00
Diferimentos	27	24.057,41	28.975,07
Total do Passivo - Corrente		36.262.417,20	30.434.084,49
Total do Passivo		52.589.137,54	56.531.301,35
		101.377.900,97	105.517.374,26

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos Resultados Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

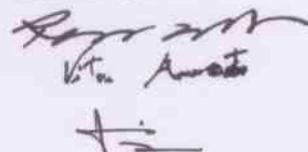
	Notas	2010	2009
Vendas e serviços prestados	12	11.968.834,34	11.966.467,75
Subsídios à exploração	14	-	28.371,76
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	1.094,37	(17.380,76)
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	(396.745,76)	(365.522,03)
Fornecimentos e serviços externos	30	(4.761.774,32)	(5.043.768,35)
Gastos com o pessoal	31	(5.762.119,72)	(5.533.590,43)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	13.814,13	(146.024,52)
Provisões (aumentos/reduções)	13	37.384,55	57.078,99
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	33	1.234.367,25	1.159.295,67
Outros gastos e perdas	34	(2.133.596,93)	(217.826,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		201.257,91	1.887.101,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	32	(3.131.636,64)	(3.110.271,40)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2.930.378,73)	(1.223.170,22)
Juros e rendimentos similares obtidos	35	69,97	3.200,46
Juros e gastos similares suportados	35	(948.444,08)	(942.947,12)
Resultado antes de impostos		(3.878.752,84)	(2.162.916,88)
Imposto sobre o rendimento do período	15	268.741,90	239.764,63
Resultado líquido do período		(3.610.010,94)	(1.923.152,25)
Resultado por acção básico		(361,00)	(192,32)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2010
(Valores expressos em euros)

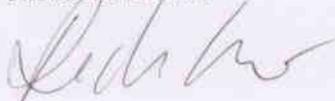
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do capital próprio	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do exercício
Posição no início do Período 2010		11.109.300	201.000	6.408.337	(900.508)	34.091.096	(1.923.152)	48.986.073
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	264.372	-	(264.372)	-
Aplicação de Resultados 2009		-	-	-	(2.187.524)	-	2.187.524	-
Ajustamentos por impostos diferidos	16 e 23	-	-	-	(286.737)	3.346.937	-	3.060.200
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	352.501	-	352.501
					(2.209.889)	3.699.438	1.923.152	3.412.701
Resultado Líquido do Período							(3.610.011)	(3.610.011)
Resultado Integral							(1.686.859)	(197.310)
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período 2010		11.109.300	201.000	6.408.337	(3.110.397)	37.790.534	(3.610.011)	48.788.763

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2009
(Valores expressos em euros)

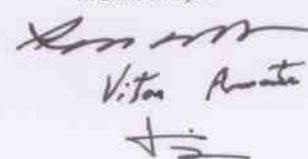
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Total do capital próprio	
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do exercício
Posição no início do Período 2009		11.109.300	201.000	6.413.188	186.166	-	(822.302)	17.087.352
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2	-	-	(4.851)	(264.372)	34.091.096	264.372	34.086.245
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de Resultados 2008		-	-	-	(822.302)	-	822.302	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
				(4.851)	(1.086.674)	34.091.096	1.086.674	34.086.245
Resultado Líquido do Período							(2.187.524)	(2.187.524)
Resultado Integral							(1.100.850)	31.898.721
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do Período 2009		11.109.300	201.000	6.408.337	(900.508)	34.091.096	(1.923.152)	48.986.073

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



A ADMINISTRAÇÃO



Vitor Amato

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

	Notas	2.010,00 €	2.009,00 €
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		12.666.654,45	11.103.258,72
Pagamentos a fornecedores		(5.173.529,59)	(6.959.271,19)
Pagamentos ao pessoal		(5.633.811,66)	(5.428.856,71)
Caixa gerada pelas operações		1.859.313,20	(1.284.869,18)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	172.524,68
Outros recebimentos/pagamentos		1.363.509,82	499.179,44
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais		3.222.823,02	(613.165,06)
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(4.703.122,93)	(4.541.431,91)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		(4.703.122,93)	(4.541.431,91)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		6.000,00	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		6.455.790,01	2.628.493,97
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
		6.461.790,01	2.628.493,97
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento		1.758.667,08	(1.912.937,94)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		14.688.226,49	8.697.883,87
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Juros e rendimentos similares		69,97	2.688,37
		14.688.296,46	8.700.572,24
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(18.567.407,73)	(4.820.276,70)
Juros e gastos similares		(1.044.430,91)	(1.161.986,86)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		(19.611.838,64)	(5.982.263,56)
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento		(4.923.542,18)	2.718.308,68
Varição de caixa e seus equivalentes		57.947,92	192.205,68
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		213.392,59	21.186,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	271.340,51	213.392,59

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO



[Handwritten signature]



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APSM - Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e de Santa Maria, SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Administração dos Portos das Ilhas de São Miguel e Santa Maria, S.A. (abreviadamente designada por APSM) foi constituída em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto Legislativo Regional nº 30/2003/A, de 27 de Junho, sucedendo no património e na titularidade de todos os direitos e obrigações, de qualquer fonte e natureza, que se encontravam relacionados com a actividade e as atribuições da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, entretanto extinta por aquele diploma.

A APSM rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras do sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores, estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de Março, e pelas disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

O objecto principal da APSM é a administração dos portos de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, e de outros que venham a ser-lhe atribuídos nessas ilhas, visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que estejam ou venham a estar-lhe cometidas. A APSM assegurará, assim, a coordenação de todas as actividades dentro da sua área de jurisdição, designadamente o regular funcionamento dos portos nos seus múltiplos aspectos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efectivos e de exploração portuária, e ainda as actividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. A APSM manterá, até à sua redefinição, a área de jurisdição da extinta junta autónoma.

O regulamento de tarifas relativo à exploração económica dos portos é estabelecido pela Secretaria Regional de Economia, de acordo com o publicado nas Portarias nos 12/2007, de 1 de Março, e 37/2008, de 13 de Maio. As tarifas são anualmente revistas, de acordo com o Índice Nacional Médio de Preços ao Consumidor (IPC), excluída da habitação. Relativamente ao ano de 2010, não ocorreu qualquer actualização aos regulamentos de tarifas.

A APSM faz parte do perímetro de consolidação do grupo Portos dos Açores, SGPS, SA, que detém a totalidade do capital social. A empresa mãe detém a totalidade do capital das outras duas Administrações portuárias a operar na Região Autónoma dos Açores (APTG - Administração Portuária da Terceira e Graciosa, SA. e a APTO - Administração Portuária do Triângulo e Grupo Ocidental, SA.). Também detém 83,978% da Atlânticoline, empresa de transportes marítimos de passageiros dos Açores.

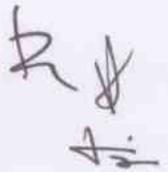
O sector empresarial directamente relacionado com as administrações portuárias será objecto de um processo de fusão no decorrer do ano de 2011 que compreenderá a extinção da APSM.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro do novo modelo de normalização contabilística designado por Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em vigor para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2010 e baseadas na estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do SNC. Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Este modelo de normalização contabilística sucede o Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação complementar que servia de suporte ao relato financeiro até 31 de Dezembro de 2009. Nesta conformidade, o balanço em 31 de Dezembro de 2009 e as demonstrações dos



resultados, dos fluxos de caixa e das alterações do capital próprio, bem como as respectivas notas anexas do período findo naquela data, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustados com efeito a 1 de Janeiro de 2009, data de transição, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro. Esses ajustamentos foram registados em resultados transitados e são apresentadas abaixo a forma como essa transição afectou a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na data de transição e em 31 de Dezembro de 2009.

A reconciliação entre o capital próprio e os resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2009, obtidos de acordo com o normativo POC e os respectivos montantes obtidos de acordo com as NCRF é apresentada como segue:

<u>Reconciliação do Capital Próprio</u>	<u>31-Dez-09</u>	<u>1-Jan-09</u>
Capital próprio POC	14.899.828	17.087.352
Reclassificação do subsídio ao investimento	45.448.326	43.131.615
Imposto Diferido do subsídio ao investimento	(11.362.082)	(10.782.904)
Capital Próprio NCRF	<u>48.986.073</u>	<u>49.436.063</u>
<u>Reconciliação do Resultado</u>	<u>31-Dez-09</u>	
Resultado líquido POC	(2.187.524)	
Imposto diferido da imputação ao rend. do subs. ao investimento	264.372	
Resultado líquido NCRF	<u>(1.923.152)</u>	

As principais diferenças de políticas contabilísticas decorrentes da adopção das NCRF resultam:

- Na reclassificação dos subsídios ao investimento não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis passaram a ser reconhecidos nos capitais próprios, assim como o imposto diferido associado;
- Os resultados extraordinários anteriormente assim denominados apresentados nas rubricas de proveitos e custos extraordinários nas demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa foram reclassificados em função das correspondentes naturezas;
- No desreconhecimento de despesas com aumento de capital, no valor de 30.300 euros, totalmente amortizadas, da rubrica de activos intangíveis, por não cumprir com os critérios para o seu reconhecimento, segundo a NCRF 6;
- Na reclassificação da rubrica Doações que passou de Reservas para Outras variações do capital próprio.



b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da APSM, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, não obstante estar previsto um processo de fusão no decorrer do ano de 2011 que se consubstanciará na incorporação do património na casa-mãe, que passará a assumir toda a actividade operacional portuária.

c) Regime do acréscimo

A APSM regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.



f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da APSM são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.



As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transacção.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.



3.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwil", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa, após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da APSM nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.



3.4. Imposto sobre o rendimento

A APSM é incluída no perímetro de consolidação da Porto dos Açores SGPS, SA pelo método integral, sendo os resultados tributados segundo o regime de tributação do grupo de sociedades (RTGS), de acordo com o artº69 do CIRC, pelo que o imposto corrente apurado refere-se apenas a tributações autónomas calculadas de acordo com o artº88 do CIRC.

A APSM procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da APSM, periodicamente revisto e actualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.



[Handwritten signature]

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital realizado à data do relato financeiro.

3.9. Provisões

A APSM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para reflectirem a melhor estimativa.

Os activos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expresso no balanço no passivo corrente e não corrente dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente. Os encargos financeiros incorridos são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

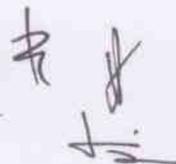
3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da APSM. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A APSM reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

3.14. Subsídios

As participações financeiras atribuídas, a fundo perdido, a projectos de investimento apresentados pela APSM são reconhecidas pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

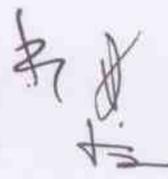
Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em activos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos activos assim financiados.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

3.15. Imparidade de activos financeiros

As quantias escrituradas dos activos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objectiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses activos serão, ou não, afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objectivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.



3.16. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo dos empregados, tais como salários, ordenados e outras remunerações adicionais contratados ou legalmente definidas e contribuições para a segurança social, mensuradas numa base não descontada.

Na base da legislação em vigor, a APSM tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos da extinta Junta, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

As pensões pagas pela APSM em 2010, que totalizaram 29.269 euros (28.494 euros em 2009), foram contabilizadas através da provisão que foi constituída para fazer face às previsíveis responsabilidades existentes em 31 de Dezembro de 2010. O saldo desta provisão não está suportado por qualquer estudo actuarial em referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

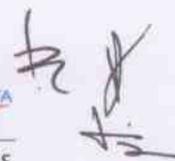
4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Caixa	3.121	3.354
Depósitos à ordem	267.219	209.039
Depósitos à prazo	1.000	1.000
Outras	-	-
	271.341	213.393

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas utilizadas durante o ano de 2010 não sofreram quaisquer alterações em relação às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de



2009, apresentada para efeitos comparativos e, também, não foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Divulgação de partes relacionadas

As transacções entre a APSM e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, são apresentados no quadro que segue:

Transacções	Natureza da relação	31-Dez-10	31-Dez-09
Vendas			
Portos dos Açores SGPS, SA	Empresa mãe	6.000	-
		6.000	-
Prestação de serviços			
Portos dos Açores SGPS, SA	Empresa mãe	631	-
OPERPDL	Empresa associada	2.007.223	1.947.723
APTG	Empresa do grupo	4.011	825
APTO	Empresa do grupo	4.290	-
Atlânticoline	Empresa do grupo	159.198	113.512
		2.175.353	2.062.061
Serviços adquiridos			
Portos dos Açores SGPS, SA	Empresa mãe	319.425	306.360
OPERPDL	Empresa associada	223.856	202.116
Atlânticoline	Empresa do grupo	21	877
		543.302	509.353

Os saldos entre a APSM e empresas relacionadas, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, são apresentados no quadro que segue:

Saldos	Natureza da relação	31-Dez-10	31-Dez-09
Contas a receber			
OPERPDL	Empresa associada	550.425	634.976
Associação Portas do Mar	Empresa relacionada	18.240	18.240
Atlânticoline	Empresa do grupo	146.019	99.539
		714.684	752.755
Contas a pagar			
Portos dos Açores SGPS, SA	Empresa mãe	153.058	58.464
OPERPDL	Empresa associada	91.101	68.600
		244.158	127.064

7. Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Activos fixos tangíveis" apresentava-se como segue:

31 de Dezembro de 2009

	Saldo em 01-Jan-09	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-09
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	3.344.520	-	-	-	-	3.344.520
Edifícios e outras construções	83.278.159	-	-	524.999	-	83.803.158
Equipamento básico	6.854.385	177.719	-	(65)	-	7.032.039
Equipamento de transporte	220.199	8.450	-	-	-	228.649
Equipamento administrativo	850.197	32.668	-	65.594	-	948.459
Outros activos fixos tangíveis	547.722	119.918	-	-	-	667.639
Investimentos em curso	711.466	4.472.700	-	(590.659)	-	4.593.507
	95.806.647	4.811.455	-	(131)	-	100.617.972
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	4.228.713	2.111.501	-	-	-	6.340.214
Equipamento básico	4.403.394	812.941	-	-	-	5.216.335
Equipamento de transporte	188.422	11.094	-	-	-	199.516
Equipamento administrativo	659.414	85.897	-	-	-	745.310
Outros activos fixos tangíveis	268.760	88.839	-	-	-	357.599
	9.748.703	3.110.271	-	-	-	12.858.974
Valor líquido	86.057.944					87.758.997

31 de Dezembro de 2010

	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-10
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	3.344.520	-	-	-	-	3.344.520
Edifícios e outras construções	83.803.158	129.167	-	7.224.090	-	91.156.416
Equipamento básico	7.032.039	41.741	-	41.878	-	7.115.658
Equipamento de transporte	228.649	47.914	(22.607)	-	-	253.957
Equipamento administrativo	948.459	54.080	-	44.584	-	1.047.122
Outros activos fixos tangíveis	667.639	24.462	-	-	-	692.102
Investimentos em curso	4.593.507	2.981.104	-	(7.338.712)	-	235.899
	100.617.972	3.278.469	(22.607)	(28.160)	-	103.845.673
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	6.340.214	2.350.681	-	0	-	8.690.894
Equipamento básico	5.216.335	585.500	-	(65)	-	5.801.771
Equipamento de transporte	199.516	16.828	(22.607)	0	-	193.737
Equipamento administrativo	745.310	83.230	-	0	-	828.541
Outros activos fixos tangíveis	357.599	95.463	-	0	-	453.062
	12.858.974	3.131.702	(22.607)	(65)	-	15.968.005
Valor líquido	87.758.997					87.877.669

Em conformidade com o previsto no artigo 11º do Decreto Legislativo Regional nº 30/2003/A, de 27 de Junho, os activos transmitidos à APSM, que foram avaliados entre 83 milhões de euros e 93 milhões de euros, são compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a sua jurisdição. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras da APSM não se considerou a totalidade dos bens avaliados, designadamente aqueles que se encontram ainda afectos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

O movimento ocorrido em Investimento em curso pode ser assim resumido:

	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	4.593.507	711.466
Investimento directo	2.981.104	4.472.700
Transferências e anulações	(7.338.712)	(590.659)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>235.899</u>	<u>4.593.507</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o custo acumulado dos investimentos em curso compreende:

	2010	2009
Terraplano Estacionamento Emb. de Recreio PDL	26.583	-
Marina Nasc.PDL-Melh. Agitação Marítima	1.419	1.419
Construção novas Oficinas de Mecânica PDL	195.625	133.393
Recuperação de Locomotivas Séc. XIX	7.373	7.373
Gesmar	4.900	4.900
Reequac. do Porto de VDP-Ter.Ferries e NR	-	3.091.891
Pipeline Abast.Terminal Marít. Passageiros	-	1.014.963
Reconver.Oficinas Carpintaria e Constr.Civil PDL	-	330.927
Reparação Caleiras NATO	-	4.950
Grupos Gerad. e Inst. Elect.Estac.Cent. de Bomb. e TM	-	3.691
	<u>235.899</u>	<u>4.593.507</u>

8. Locações

Em 31 de Dezembro de 2010, a APSM utilizava os seguintes tipos de bens adquiridos em locação financeira:

Bens adquiridos com recurso a locação financeira	31 de Dezembro 2010		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico
Edifícios e outras construções	-	-	-
Equipamento básico	654.653	303.824	350.828
Equipamento de transporte	34.230	2.139	32.091
Equipamento administrativo	43.328	14.543	28.785
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-
	<u>732.211</u>	<u>320.507</u>	<u>411.704</u>

Durante o período de 2010, foram adquiridas três viaturas em regime de locação financeira.

Em 31 de Dezembro de 2010, os planos de reembolso da dívida da Empresa, referente a locações financeiras, detalham-se como segue:

Plano de reembolso	31 de Dezembro 2010		
	Capital	Juros	Total
Menos de um ano	170.554	3.395	167.159
1 a 5 anos	46.241	3.039	43.202
	<u>216.795</u>	<u>6.433</u>	<u>210.361</u>

9. Imparidade de activos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, as perdas por imparidade em activos financeiros apresentavam-se como segue:

	Em 31 de Dezembro de 2010			
	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade acumuladas finais
Dívidas a receber de clientes	411.770	-	(27.686)	384.085
Outras dívidas a receber	-	13.872	-	13.872
	411.770	13.872	(27.686)	397.956

	Em 31 de Dezembro de 2009			
	Perdas por imparidade acumuladas iniciais	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade acumuladas finais
Dívidas a receber de clientes	265.746	146.025	-	411.771
Outras dívidas a receber	-	-	-	-
	265.746	146.025	-	411.771

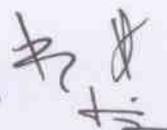
10. Participações financeiras

O saldo da rubrica de Participações financeiras contempla a participação financeira na Associação Portas do Mar que se encontra registada pelo método de custo (20.000 euros) e o investimento financeiro mensurado pelo método da equivalência patrimonial na associada OPERPDL que, em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, se apresentava como segue:

Partes de capital	Saldo em 01-Jan-09	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	Saldo em 31-Dez-09
OPERPDL	161.747	-	-	(17.381)	-	144.366
	161.747	-	-	(17.381)	-	144.366

Partes de capital	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	Saldo em 31-Dez-10
OPERPDL	144.366	-	-	1.094	-	145.461
	144.366	-	-	1.094	-	145.461

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas "Partes de capital", foi o seguinte:



Partes de capital	Saldo em 01-Jan-10	Aquisições	Alienações	Variação nos resultados	Variação nos capitais próprios	Saldo em 31-Dez-10
OPERPDL	144.366	-	-	1.094	-	145.461
	<u>144.366</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.094</u>	<u>-</u>	<u>145.461</u>

Empresa associada	Capital detido	Activos	Capitais próprio	Rédito	Resultados período
OPERPDL	20%	1.448.739	727.303	4.345.097	5.472
	<u>0</u>	<u>1.448.739</u>	<u>727.303</u>	<u>4.345.097</u>	<u>5.472</u>

11. Inventários

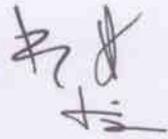
Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Mercadorias	Matérias	Total	Mercadorias	Matérias	Total
Inventário inicial	11.278	325.670	336.948	10.213	344.266	354.479
Compras	322.572	48.295	370.867	308.726	39.265	347.991
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Inventário final	<u>6.919</u>	<u>304.151</u>	<u>311.070</u>	<u>11.278</u>	<u>325.670</u>	<u>336.948</u>
Custo das vendas	<u>326.931</u>	<u>69.815</u>	<u>396.746</u>	<u>307.661</u>	<u>57.861</u>	<u>365.522</u>

O movimento ocorrido durante o ano na rubrica de Inventários que compreende material de manutenção do equipamento.

12. Réditos

Os réditos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 tiveram a seguinte proveniência:



	31-Dez-10	31-Dez-09
Vendas		
Combustível	307.123	286.103
	307.123	286.103
Prestação de serviços		
Operações de navios e embarcações	3.011.202	2.842.779
Operações de carga	2.626.131	2.545.024
Utilização de Equipamentos	3.578.449	3.875.472
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e electricidade	666.215	636.210
Alugueres, ocupações e concessões	902.183	837.758
Exploração Náutica de Recreio e Piscinas	319.128	345.516
Outros serviços prestados	558.403	597.605
	11.661.712	11.580.364
Total de Réditos	11.968.834	11.966.467

13. Provisões, passivos e activos contingentes

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi o seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Saldo a 1 de Janeiro	746.913	832.486
Reforço no período	-	-
Pagamentos do ano	(29.269)	(28.494)
Anulação	(37.385)	(57.079)
Saldo a 31 de Dezembro	680.259	746.913

A APSM tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos da extinta Junta Autónoma as despesas decorrentes de acidentes em serviço e doenças profissionais e complementos de sobrevivência, ocorridos até 31 de Dezembro de 2004. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta provisão foi diminuído em 37.385 euros, sem qualquer suporte de um estudo actuarial. Os complementos de sobrevivência liquidados em 2010 foram de 29.269 euros (28.494 euros em 2009).

14. Subsídios

Nos períodos de 2010 e de 2009 a APSM reconheceu as seguintes naturezas de subsídios:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Subsídios à exploração	-	28.372
Subsídios ao investimento	3.075.816	3.829.192
	3.075.816	3.857.564



15. Imposto sobre o rendimento

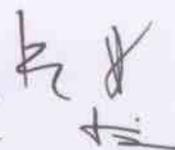
A APSSM é incluída no perímetro de consolidação da Portos dos Açores SGPS, S.A, pelo método integral, sendo o grupo tributado pelo regime especial de tributação do grupo de sociedades (RETGS). Não obstante, é registada a estimativa do imposto corrente a pagar numa base individual que devido aos prejuízos fiscais apurados no ano e em anos anteriores corresponde às tributações autónomas exigidas de acordo com o artigo 88.º do CIRC.

O imposto sobre o rendimento registado em resultados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 compreende:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Imposto corrente	(4.673)	(3.214)
Tributações autónomas	(4.673)	(3.214)
Imposto diferido	273.415	242.978
	268.742	239.765

16. Activos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:



	31 de Dezembro de 2009					
	Saldo em 01-Jan-09	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-09
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	208.122	-	-	(21.393)	-	186.728
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
	<u>208.122</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.393)</u>	<u>-</u>	<u>186.728</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	10.782.904	-	957.298	(264.372)	(113.748)	11.362.082
	<u>10.782.904</u>	<u>-</u>	<u>957.298</u>	<u>(264.372)</u>	<u>(113.748)</u>	<u>11.362.082</u>

	31 de Dezembro de 2010					
	Saldo em 01-Jan-10	Constituição		Reversão		Saldo em 31-Dez-10
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Activos por impostos diferidos						
Provisões não aceites fiscalmente	186.728	-	-	(16.789)	-	169.939
Perdas por imparidade	-	3.468	-	-	-	3.468
	<u>186.728</u>	<u>3.468</u>	<u>-</u>	<u>(16.789)</u>	<u>-</u>	<u>173.407</u>
Passivos por impostos diferidos						
Subsídios ao investimento	11.362.082	-	768.954	(286.737)	(3.829.154)	8.015.145
	<u>11.362.082</u>	<u>-</u>	<u>768.954</u>	<u>(286.737)</u>	<u>(3.829.154)</u>	<u>8.015.145</u>

17. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Caixa	3.121	3.354
Depósitos à ordem	267.219	209.039
Depósitos à prazo	1.000	1.000
Outras	-	-
	<u>271.341</u>	<u>213.393</u>

18. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Clientes		
Clientes conta corrente	2.774.100	2.805.964
Clientes conta títulos a receber	-	-
Clientes factoring	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	384.085	411.770
	<u>3.158.185</u>	<u>3.217.734</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(384.085)	(411.770)
	<u>2.774.100</u>	<u>2.805.964</u>



Handwritten signature and initials.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo da rubrica “Clientes” era assim distribuído:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Cientes		
Cientes gerais	2.059.416	2.053.208
Cientes empresas associadas	550.425	634.976
Cientes empresas do grupo	146.019	99.539
Cientes outras empresas realcionadas	18.240	18.240
	<u>2.774.100</u>	<u>2.805.964</u>

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2010 apresentava-se como segue:

	<u>< 6 meses</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>12-18 meses</u>	<u>18-24 meses</u>	<u>> 24 meses</u>	<u>Total</u>
Cientes conta corrente	2.331.881	172.182	125.574	80.677	447.871	3.158.185
Cientes outros	-	-	-	-	-	-
	<u>2.331.881</u>	<u>172.182</u>	<u>125.574</u>	<u>80.677</u>	<u>447.871</u>	<u>3.158.185</u>

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de clientes”, foram os seguintes:

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Saldo a 1 de Janeiro	411.770	265.746
Aumento	-	146.025
Reversão	(27.686)	-
Regularizações	-	-
	<u>384.085</u>	<u>411.770</u>

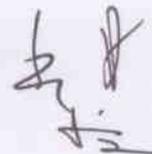
Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica “Adiantamento de Clientes” tinha os seguinte montantes:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Adiantamento de clientes	611	-

19. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Acréscimos de rendimentos	10.205	290.248
Fundos comunitários e subsídios	9.617.196	12.587.407
Pessoal	13.872	15.125
Outros	14.130	-
	<u>9.655.403</u>	<u>12.892.779</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(13.872)	-
	<u>9.641.532</u>	<u>12.892.779</u>



Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores", foram os seguintes:

<u>Perdas por imparidades</u>	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento	13.872	-
Reversão	-	-
Regularizações	-	-
	<u>13.872</u>	<u>-</u>

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Fornecedores conta corrente	1.022.992	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores factoring	-	-
Fornecedores outros	-	-
	<u>1.022.992</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 o saldo da rubrica "Fornecedores" era assim distribuído:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Fornecedores		
Fornecedores gerais	778.833	1.384.892
Fornecedores empresas associadas	91.101	68.600
Fornecedores empresas do grupo	153.058	58.464
Fornecedores outros	-	-
	<u>1.022.992</u>	<u>1.511.956</u>

A antiguidade dos saldos de fornecedores a 31 de Dezembro de 2010 era a seguinte:

	<u>0-6 meses</u>	<u>6-12 meses</u>	<u>12-18 meses</u>	<u>18-24 meses</u>	<u>> 24 meses</u>	<u>Total</u>
Fornecedores conta corrente	1.022.295	697	-	-	-	1.022.992
Fornecedores outros	-	-	-	-	-	-
	<u>1.022.295</u>	<u>697</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.022.992</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Adiantamento a Fornecedores" tinha os seguintes montantes:



	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Adiantamentos a fornecedores	7.956	133

21. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-10</u>	<u>31-Dez-09</u>
Fornecedores de investimento	217.256	311.457
Remunerações a liquidar	590.225	619.626
Juros a liquidar	85.521	80.869
Indemnizações a pagar	1.975.000	-
Outros acréscimos de gastos	38.628	128.268
Descargas de areia	182.699	182.699
Pessoal	54.126	6.074
Outras contas a pagar	35.552	30.029
	<u>3.179.006</u>	<u>1.359.021</u>

O montante de 1.975.000 euros corresponde ao valor final da indemnização a pagar nos termos do contrato de empreitada de construção do novo terminal de cruzeiros de Ponta Delgada, o qual foi directamente suportada por resultados (Nota 15). O valor em apreço será totalmente liquidado durante o ano de 2011.

22. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-10</u>		<u>31-Dez-09</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	779.472	18.030.839	7.890.825	14.566.076
Contas caucionadas	-	12.500.000	-	12.625.000
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	46.241	170.554	140.741	183.645
Outros empréstimos	6.805.602	1.152.847	5.956.656	30.791
	<u>7.631.315</u>	<u>31.854.240</u>	<u>13.988.222</u>	<u>27.405.513</u>

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:



Handwritten signatures and initials

Prazos de reembolso	31-Dez-10
2011	31.854.240
2012	1.304.887
2013	1.574.573
2014	1.574.521
2015	1.578.874
2016 e anos seguintes	1.598.460
	39.485.555

23. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Accionistas" apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-10	
	Activo	Passivo
Regime especial de tributação de grupo sociedades		
Empresa mãe - Portos dos Açores		
IRC ano anterior		3.708
Pagamento especial por conta 2010	18.821	18.821
Retenção na fonte	11	
Tributações autónomas		4.673
Saldo final	18.833	27.203

24. Capital realizado

O capital social da APSM é representado por 10.000 acções nominativas com valor nominal de 1.110,93 euros, cada uma. As acções representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Portos dos Açores, SGPS, S.A.

Entidade	% Capital	Valor
Porto dos Açores SGPS, SA	100%	11.109.300

25. Reservas e resultados acumulados

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2010 e 2009 decorreram de:

- Resultados transitados



[Handwritten signature]

Resultados transitados

Saldo inicial		186.166
Primeira adopção das NCRF	-	-
Saldo reexpresso em 1 de Janeiro de 2009		186.166
Aplicação dos resultados de 2008	(822.302)	
Impostos diferidos - Subsídio ao investimento	(264.372)	(1.086.674)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		(900.508)
Aplicação dos resultados de 2009	(2.187.524)	
Primeira adopção das NCRF	264.372	
Impostos diferidos - Subsídio ao investimento	(286.737)	(2.209.889)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		(3.110.397)

- Outras variações em capitais próprios

Outras variações de capital próprio

	Subsídio	Imposto diferido	Doações	Valor líquido
Saldo inicial	-	-	4.851	4.851
Primeira adopção das NCRF (Nota 2)	43.131.615	(10.782.904)	-	32.348.711
Saldo reexpresso em 1 de Janeiro de 2009	43.131.615	(10.782.904)	4.851	32.353.562
Aumentos do ano	3.829.192	(957.298)	-	2.871.894
Correcção de subsídios	(454.994)	113.748	-	(341.245)
Transferência para resultados	(1.057.486)	264.372	-	(793.115)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	45.448.326	(11.362.082)	4.851	34.091.096
Aumentos do ano	3.075.816	(768.954)	-	2.306.862
Correcção de subsídios	(1.578.369)	394.092	-	(1.182.277)
Transferência para resultados	(1.146.946)	286.737	-	(860.210)
Alteração de taxa	-	3.435.062	-	3.435.062
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	45.800.827	(8.015.145)	4.851	37.790.534

Os subsídios ao investimento em activos fixos tangíveis e os correspondentes impostos diferidos são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos activos financiados. O passivo por impostos diferidos assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios são imputados (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo acumulado desta rubrica compreende as participações financeiras já atribuídas que se destinam ao financiamento das seguintes obras concluídas e em curso de construção:

	Saldo inicial	Subsídios atribuídos	Ajustamentos	Transferências para resultados	Saldo final
Terminal marítimo e reestruturação da Avenida Marginal:					
Terminal marítimo	25.893.884	-	(83.840)	(517.235)	25.292.809
Pavilhão do mar	1.237.788	-	(244.799)	(53.675)	939.314
Marina	2.691.016	-	(37.383)	(58.784)	2.594.850
Parque de estacionamento	1.080.604	-	-	(58.411)	1.022.193
Núcleo de recreio de Vila do Porto	5.785.702	-	-	(124.941)	5.660.761
Gare de passageiros de Vila do Porto	2.325.500	-	-	(31.250)	2.294.250
Lota de Ponta Delgada	1.757.981	-	-	(98.120)	1.659.861
Reequacionamento do Porto de Vila do Porto	3.178.100	-	309.833	(21.800)	3.466.133
Pipeline de abastecimento à navegação	784.842	-	25.123	(47.248)	762.718
Quebra-mar flutuante	427.656	-	-	(22.313)	405.343
Rampa RO-RO do Porto de Ponta Delgada	-	447.746	-	(9.328)	438.418
Parque Oficial do Porto de Ponta Delgada	-	2.038.550	(1.545.303)	(10.839)	482.408
Rampa RO-RO do Porto de Vila do Porto	-	589.520	-	(12.282)	577.238
Outros	285.253	-	-	(80.722)	204.531
	45.448.326	3.075.816	(1.576.369)	(1.146.946)	45.800.827



[Handwritten signature and initials]

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 23 de Abril de 2010, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

26. Garantia prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de Dezembro de 2009, atingiam um valor de 5.491.590 euros, correspondendo a garantias exigidas no âmbito de projectos aprovados pelo Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR).

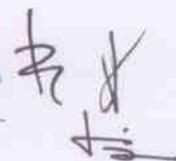
27. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Diferimentos (Activo)		
Seguros pagos antecipadamente	5.634	64.988
Outros gastos a reconhecer	4.951	19.058
	<u>10.585</u>	<u>84.046</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	24.057	28.975
Outros rendimentos a reconhecer	-	-
	<u>24.057</u>	<u>28.975</u>

28. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:



	31-Dez-10	31-Dez-09
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	125.949	1.074.020
Outros impostos e taxas	-	-
	125.949	1.074.020
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	74.073	46.881
Segurança Social	80.236	79.475
Outros impostos e taxas	-	-
	154.309	126.356

29. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, é detalhado como segue:

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	11.278	325.670	336.948	10.213	344.266	354.479
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	322.572	48.295	370.867	308.726	39.265	347.991
Custo de vendas	(6.919)	(304.151)	(311.070)	(11.278)	(325.670)	(336.948)
Saldo final em 31 de Dezembro	326.931	69.815	396.746	307.661	67.861	365.522

30. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Subcontratos	1.362.405	227.650
Serviços especializados	1.927.144	3.216.422
Materiais	51.570	114.805
Energia e fluídos	938.596	1.057.408
Deslocações, estadas e transportes	46.525	49.492
Serviços diversos:		
Limpeza, higiene e conforto	188.538	155.400
Seguros	103.289	86.408
Comunicação	96.126	92.959
Outros	47.583	43.223
	4.761.774	5.043.768

31. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foi a seguinte:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Remunerações dos órgãos sociais	174.778	132.701
Remunerações do pessoal	4.764.912	4.608.245
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	15.470
Encargos sobre remunerações	645.066	614.162
Seguros	76.621	51.179
Gastos de acção social	34.248	82.111
Outros gastos com pessoal	66.495	29.722
	5.762.120	5.533.590

Os trabalhadores do quadro de pessoal da extinta Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada com ou sem contrato administrativo de provimento por tempo indeterminado ou com vínculo à Administração Pública foram integrados automaticamente na APSM. Em 31 de Dezembro de 2010, o número médio de pessoas ao serviço da APSM era de 132, dos quais, 94 transitaram da extinta junta (em 2009, eram 131 trabalhadores, incluindo 101 que transitaram).

32. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

	31-Dez-10			31-Dez-09		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis						
Edifício e outras construções	2.350.681	-	2.350.681	2.111.501	-	2.111.501
Equipamento básico	585.500	(65)	585.435	812.941	-	812.941
Equipamento de transporte	16.828	-	16.828	11.094	-	11.094
Equipamento administrativo	83.230	-	83.230	85.897	-	85.897
Outros activos fixos tangíveis	95.463	-	95.463	88.839	-	88.839
	3.131.702	(65)	3.131.637	3.110.271	-	3.110.271

33. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, compreende:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Rendimentos suplementares	11.157	1.822
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	76
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	16.472	4.223
Outros rendimentos e ganhos	1.206.738	1.153.174
	1.234.367	1.159.296



Handwritten signature

Incluem os subsídios ao investimento transferidos para resultados nos montantes de 1.146.946 euros e 1.057.486 euros, respectivamente em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

34. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, foram como segue:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Impostos	107.449	187.053
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	1
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	2.026.148	30.773
	<u>2.133.597</u>	<u>217.827</u>

Conforme explicado na Nota 21, foram registados nesta rubrica os encargos com a indemnização a pagar no montante de 1.975.000 euros.

35. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2010 e de 2009, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-10	31-Dez-09
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	70	3.200
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	<u>70</u>	<u>3.200</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	883.780	896.246
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	64.664	46.701
	<u>948.444</u>	<u>942.947</u>
Resultados financeiros	<u>84.664</u>	<u>46.701</u>



36. Acontecimentos após a data do balanço

O sector empresarial directamente relacionado com as administrações portuárias será objecto de um processo de fusão no decorrer do ano de 2011 que compreenderá a extinção da APSPM por incorporação na empresa mãe.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

37. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da APSPM perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

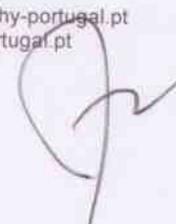
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2010, a APSPM não efectuou transacções com acções próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2010.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



[Handwritten signatures]

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor accionista,

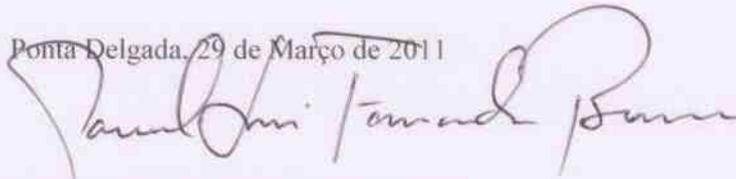
Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo da **Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A.**, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da actividade da Empresa tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Empresa, tendo em consideração que está previsto realizar-se durante o ano de 2011 o processo de fusão das sociedades que administravam a actividade portuária com a incorporação do património na casa-mãe que passará assim assumir também toda a actividade operacional portuária da Região Autónoma dos Açores.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das contas são os constantes do Anexo e correspondem à correcta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.

6. Em face do que antecede, somos de parecer de que:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 29 de Março de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)



[Handwritten signatures]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de balanço de 101.377.901 euros e um total de capital próprio de 48.788.763 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.610.011 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do

princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme mencionado na nota 7 do Anexo às demonstrações financeiras, os activos fixos tangíveis transmitidos à Empresa foram avaliados no montante máximo de 93 milhões de euros. Parte desses activos foram registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de Setembro de 2003, pelo valor líquido de 7.559.483 euros. A não contabilização integral de todos os activos que suportam a base de exploração e actividade da Empresa afecta os capitais próprios e os resultados do ano em 31 de Dezembro de 2010 num montante que não nos foi possível determinar.
8. A Empresa assumiu a responsabilidade de pagar as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentescos de empregados falecidos antes da idade da reforma, excepto as que ocorreram a partir de 1 de Janeiro de 2005 que passaram a ser integralmente suportadas por uma companhia de seguros. A inexistência de um estudo actuarial impede-nos avaliar em que extensão a provisão escriturada nos livros de 680.259 euros em 31 de Dezembro de 2010 é suficiente, ou não, para cobrir a totalidade das responsabilidades assumidas.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 e 8 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Administração dos Portos das Ilhas de S. Miguel e Santa**

Maria, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

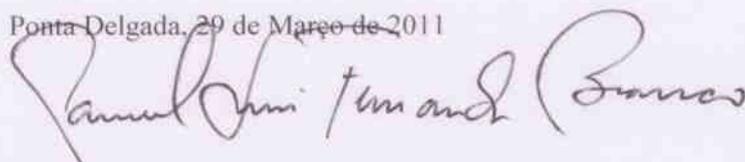
Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 9 acima, chamamos a atenção para o facto de que a Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 continha uma reserva por limitação de âmbito relacionada com o processo indemnizatório que era exigido pelas entidades que participaram na construção do terminal marítimo de cruzeiros da cidade de Ponta Delgada que está definitivamente resolvido.

Ponta Delgada, 29 de Março de 2011



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Manuel Luis Fernandes Branco (ROC nº 652)